

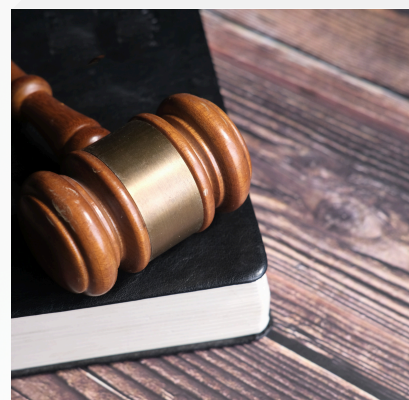
JÚRI SIMULADO

Vivências online, seu impacto
e suas consequências em
nosso dia a dia

PRODUTO EDUCACIONAL

Programa de Pós Graduação em
Ensino de Ciências e Matemática

Daniela Fracasso
Carine G. Webber



SUMÁRIO

Apresentação	_____	03
Introdução	_____	05
Princípios Teóricos	_____	07
Sequência Didática	_____	12
Cultura Digital e a BNCC	_____	19
Planos de Aula	_____	23
Critérios Avaliativos	_____	54
Considerações Finais	_____	57
Referências	_____	59
Apêndices	_____	60





APRESENTAÇÃO

Olá! Seja bem-vindo!

A sequência didática que você está prestes a ler neste *eBook* é fruto do produto educacional vinculado à dissertação intitulada "Mobilizando a LGPD na escola: uma proposta de ensino através do Júri Simulado", desenvolvida pela Prof^a. Ma. Daniela Fracasso, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Carine Geltrudes Webber, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECiMa) – Mestrado Profissional, da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Este material e sua pesquisa surgiram do anseio de promover o ensino das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) de forma atual e vinculada com a realidade do aluno. O fato de os alunos estarem constantemente conectados à internet e possuírem acesso quase que instantâneo a assuntos além dos abordados em sala de aula e a possibilidade de explorar os recursos tecnológicos para a preparação e prática de um conteúdo são de grande valia no processo de ensino e de aprendizagem. É neste contexto que a necessidade de renovação e busca por atualizações constantes na prática docente se faz tão importante. Somente com o uso de técnicas e métodos de aprendizagem ativas será possível o desenvolvimento de aulas e atividades mais atrativas, engajadoras e efetivas.

Tendo como base as afirmações anteriores, reflete-se que ensinar o manuseio das tecnologias é necessário, porém não é o suficiente. É preciso despertar o conhecimento não somente do uso e de como as tecnologias são criadas, mas também é necessário pontuar e dimensionar responsabilidades e deveres dos jovens ao fazerem uso desses recursos tecnológicos. Nesse sentido, as estratégias ativas possibilitam promover aos alunos um ensino significativo, onde os mesmos podem apreender de forma autônoma e participativa com situações e problemas reais.

Com o objetivo de diminuir essa dicotomia entre o "uso" e o "uso responsável" das tecnologias, principalmente de redes sociais, este produto educacional apresenta a possibilidade de uma sequência didática para ensino da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), dos deveres e responsabilidades na internet e segurança digital através da situação de aprendizagem do Júri Simulado. Esta sequência é organizada e planejada para ser uma atividade interdisciplinar para o 9º Ano do Ensino Fundamental, unificando os aspectos de tecnologias, cidadania digital e língua inglesa. Entretanto, a sequência didática aqui proposta não se restringe a esse contexto. Ela pode ser aplicada por professores de todas as áreas do conhecimento, apenas transpondo o tópico do júri para sua área, trabalhando assim não somente as questões relacionadas a cultura digital, mas também a interdisciplinaridade e a pluralidade de ideias que a atividade permite. Igualmente, a proposta pode ser aplicada a qualquer ano escolar, desde o ensino fundamental ou médio, cabendo apenas a você, professor, a adaptação da linguagem, complexidade e aprofundamento do assunto a ser discutido.

Desejamos que este produto educacional possa contribuir para suas aulas e para dar relevância à temática da cidadania digital, vivências online e o impacto em nosso dia a dia.

Esperamos que você faça um bom proveito deste material!

INTRODUÇÃO

A seguir é proposta uma sequência didática na forma de Júri Simulado, visando auxiliar professores em sua prática pedagógica para promover o ensino das TDICs com uma proposta engajadora e significativa para os alunos. É possível evidenciar na literatura a necessidade dessa contextualização dos conteúdos e atividades em sala de aula:

”

contextualizar o conteúdo significa assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto. Na escola, o conhecimento na maioria das vezes é reproduzido e acaba sendo uma transposição didática, na qual a linguagem joga papel decisivo. Contextualizar é o recurso que a escola tem para tirar o aluno da condição de espectador passivo. Contextualizar evoca e mobiliza competências cognitivas já adquiridas (BRASIL, 1998 apud STUMPF; OLIVEIRA, 2016, p. 177).

Ensinar sobre segurança digital e o impacto da tecnologia em nossas vidas pode ser considerado chato, teórico e abstrato, e muitas vezes os alunos não percebem o sentido e a importância sobre diretrizes e leis que regem as redes sociais e a internet. Compreender e ter conhecimentos das normas e diretrizes de nossa sociedade significa abrir caminhos para uma formação cidadã, onde os alunos têm consciência de regras, atitudes e deveres. Nesse sentido, as estratégias ativas dão a possibilidade de promover aos alunos um ensino significativo, onde os mesmos podem aprender de forma autônoma e participativa com situações e problemas reais.

É importante salientar que embora esse material tenha sido planejado para o contexto de ensino da LGPD e os problemas legais que as vivências online implicam, ele pode facilmente ser adaptado a outras temáticas e contextos. Cabe sua imaginação e criatividade para aproximar essa atividade cada vez mais à realidade dos seus alunos. Não se esqueça da interdisciplinaridade: nesta proposta foi trabalhada a apresentação do júri na língua inglesa. Mas por que não trabalhar em conjunto com a história, português ou biologia?

Para contribuir com a sua prática pedagógica e ampliar suas possibilidades, no capítulo seguinte é feita uma breve contextualização dos conceitos teóricos estruturantes deste produto educacional: Teoria da Aprendizagem Significativa, os Mapas Conceituais e a Estratégia Ativa de Júri Simulado. Logo após, é apresentada a sequência didática com seus dados de identificação, objetivos, habilidades da BNCC do Ensino Fundamental II trabalhadas em cada etapa, estrutura de aulas, possibilidades, proposta de cronograma e fichas instrutivas e avaliativas para aplicação. Por fim, este material apresenta as considerações finais e as referências bibliográficas.

PRINCÍPIOS TEÓRICOS

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Como ponto de partida para a criação desta sequência fez-se o uso da Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel, que apresenta a ideia de que o conhecimento se constrói sob a influência do que o aprendiz já sabe, ou seja, um novo conhecimento é formado a partir do conhecimento prévio do estudante. Nesse sentido, uma aprendizagem só é realmente efetiva e significativa se o novo conhecimento consegue se "conectar" a algo que o aprendiz já sabe.

“ [...] é necessário relacionar o novo com o que já está no domínio cognitivo do estudante, assimilando e acomodando, ampliando o seu espectro de conhecimento e, ao mesmo tempo, a sua capacidade de conhecer (VILLAS-BOAS ET AL., 2020, p. 22).

Nesse processo de relação entre o novo e o já existente é preciso compreender que a nova informação interage com uma estrutura de conhecimento específica, que Ausubel denomina como subsunçor. Este servirá como uma espécie de âncora para o novo conhecimento. Uma vez que a nova informação é acomodada, o subsunçor é modificado resultando em um crescimento do mesmo.

Para que uma aprendizagem significativa ocorra, Moreira e Masini (2006) pressupõem que:

- O objeto de estudo deve ser potencialmente significativo, ou seja, este deve se relacionar de alguma maneira aos conhecimentos prévios do aluno, bem como, deve ser não arbitrário e não literal;
- O estudante deve apresentar disposição para relacionar o novo conhecimento à sua estrutura cognitiva.

Seguindo nessa linha, a sequência didática aqui proposta apresenta um objeto de estudo potencialmente significativo, uma vez que este é capaz de dialogar não só com os conhecimentos prévios dos estudantes, mas também com a realidade e contexto na qual o aluno está inserido.

Em um ensino com abordagem ausubeliana, de acordo com Moreira (2010, p. 22), é preciso:

- Identificar a estrutura de significados aceita no contexto da matéria de ensino;
- Identificar os subsunçores (significados) necessários para a aprendizagem significativa da matéria de ensino;
- Identificar os significados preexistentes na estrutura cognitiva do aprendiz;
- Organizar sequencialmente o conteúdo e organizar materiais curriculares, usando as ideias de diferenciação progressiva e reconciliação integrativa como princípios programáticos;
- Ensinar usando organizadores prévios, para fazer a ponte entre os significados que o aluno já tem e os que ele precisaria ter para aprender significativamente a matéria de ensino, bem como para o estabelecimento de relações explícitas entre o novo conhecimento e aquele já existente e adequado para dar significados aos novos materiais de aprendizagem.

MAPAS CONCEITUAIS

Um mapa conceitual trata-se de uma representação em forma de diagrama que aponta relações entre conceitos e palavras chaves. Embora sejam hierárquicos, iniciando dos conceitos mais gerais até contemplar os mais específicos, é importante que não sejam confundidos com diagramas de fluxo ou organogramas. Mapas conceituais não são sequências temporais ou hierárquicas, mas sim uma organização de significados e hierarquias conceituais (MOREIRA, 2010).

De maneira geral, um mapa conceitual segue um modelo hierárquico, onde os conceitos mais amplos são apresentados no topo, e os conceitos mais específicos e menos abrangentes são apresentados mais próximos da base. Setas e direções também podem ser utilizadas para determinar o sentido e a relação entre os conceitos, embora esses modelos e sugestões de construção não são uma obrigatoriedade. É importante apenas que o mapa consiga ser um instrumento que evidencie os significados e relações dos conceitos do objeto de estudo (MOREIRA, 2010).

Uma vez que os mapas conceituais têm por objetivo atribuir significados, é importante ter-se em mente que cada mapa é único e que não existe um "mapa correto". Cada mapa refletirá os significados e relevância atribuídos ao objeto de ensino de quem o produziu. Sendo assim, o importante não é o resultado final do mapa, mas sim seu processo de construção (MOREIRA, 2010).

JÚRI SIMULADO

O Júri Simulado trata-se da simulação de um júri real com uma problemática trabalhada em sala de aula. Ele visa o desenvolvimento de diversas operações do pensamento, como criatividade, análise de senso crítico, levantamento de hipóteses, tomada de decisões e especialmente da argumentação (ANASTASIOU; ALVES, 2009).

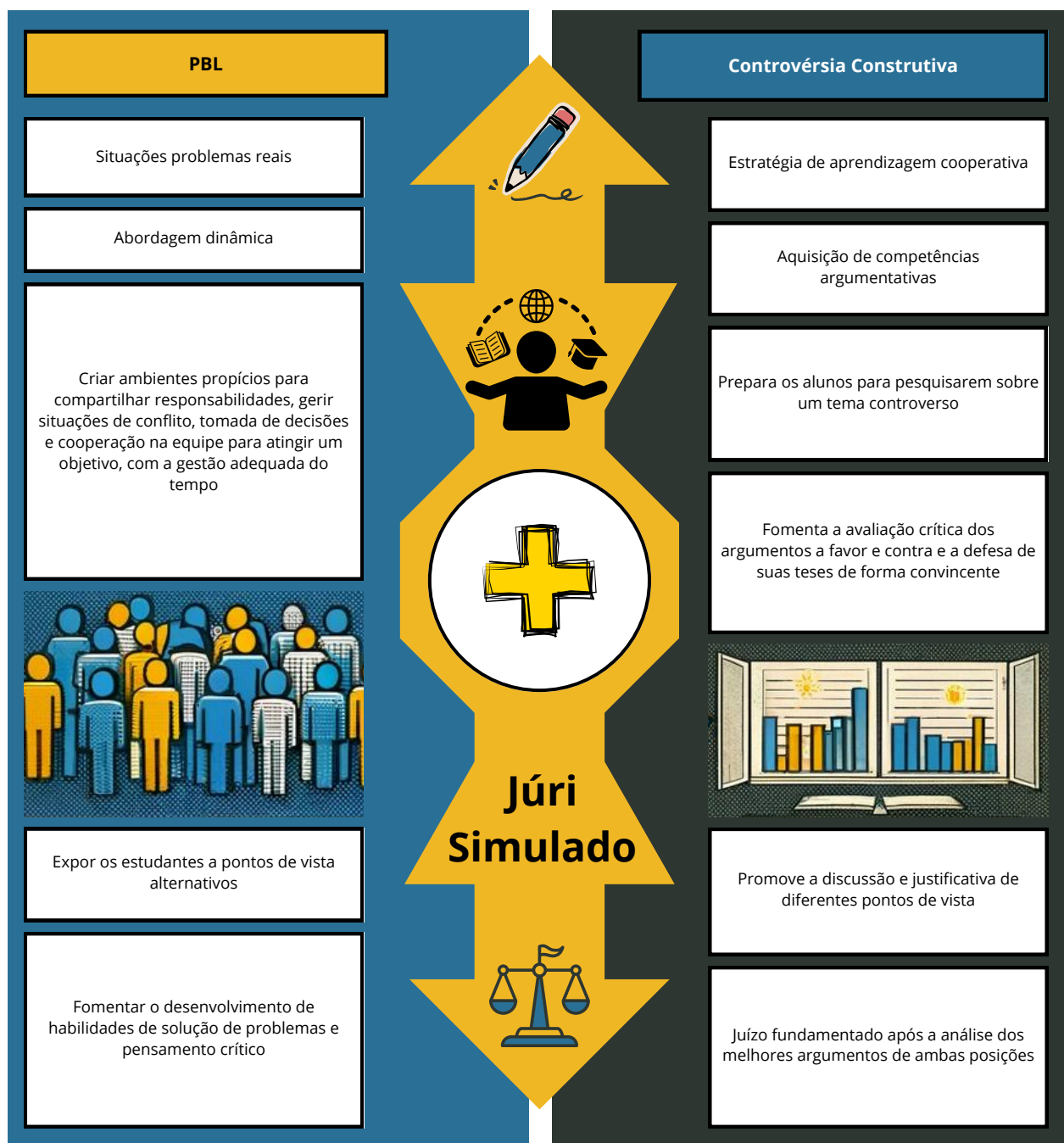
“[...] sua preparação é de intensa mobilização, pois, além de ativar a busca do conteúdo em si, os aparatos de outro ambiente, como roupas e mobiliários, oportunizam um envolvimento de todos para além da sala de aula. O espírito de dramaturgia que acompanha a realização de um júri simulado transforma a atividade em algo interessante para todos independentemente da função que irão desenvolver na apresentação final. É algo que envolve todos os momentos de construção do conhecimento, da mobilização à síntese, pela sua característica de possibilitar o envolvimento de um grande número de estudantes (ANASTASIOU; ALVES, 2009, p. 99).

Stumpf e Oliveira (2016, p. 177) mostram a importância da argumentação para uma construção ativa do conhecimento:

“As intervenções argumentativas dos alunos durante discussões levam a uma construção ativa do conhecimento e propiciam um impacto positivo no seu aprendizado, já que eles passam a reconhecer afirmações duvidosas e contraditórias, bem como identificam e confrontam evidências com teorias científicas.



Portanto o Júri Simulado é uma situação de aprendizagem que possui em sua estrutura, de forma bem presente, os elementos das estratégias de Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) e a Controvérsia Construtiva.



É preciso salientar que o Júri Simulado difere da Controvérsia Construtiva em seu resultado final, uma vez que o Júri Simulado apresenta um veredicto e portanto, um lado “vencedor”. Já na Controvérsia Construtiva, o grupo chega a uma posição conjunta.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

É evidenciado na literatura a necessidade da contextualização dos conteúdos e atividades em sala de aula com a realidade dos alunos. Ensinar legislações para crianças pode ser considerado chato, teórico e abstrato, e muitas vezes os alunos não percebem o sentido e a importância desse estudo. Compreender e ter conhecimento sobre as normas e diretrizes de nossa sociedade é abrir caminhos para uma formação cidadã, onde os alunos têm consciência de regras, atitudes e deveres.

Nesse sentido as estratégias ativas dão a possibilidade de promover aos alunos um ensino significativo, em que os próprios estudantes possam aprender de forma autônoma e participativa com situações e problemas reais. Para isso, desenvolveu-se essa proposta de Júri Simulado com o intuito de realizar uma situação de aprendizagem ativa e significativa aos estudantes.

OBJETIVOS / RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

Objetivo Geral:

- Conhecer a LGPD os deveres e as responsabilidades do cidadão na internet, bem como compreender o que é segurança digital.

Objetivos Específicos:

- Conhecer leis e diretrizes voltadas e relacionadas à internet;

- Analisar e refletir sobre as políticas de termos de uso das redes sociais;
- Perceber e compreender a importância de senhas e navegação segura na internet;
- Identificar medidas de segurança online;
- Promover o conhecimento e compreensão de medidas preventivas contra fraudes, *cyber* invasões e proteção de contas e dados na escola e comunidade.

ESTRUTURA E DINÂMICA DA SEQUÊNCIA

A proposta a seguir é dividida em 7 etapas, que consistem em avaliar os conhecimentos prévios dos alunos, mobilizar novos conhecimentos e consolidá-los. Cada etapa é pensada e preparada para que em cada uma a aprendizagem significativa seja evidenciada.

Você irá observar que cada etapa apresentará um plano de aula contendo as habilidades que serão trabalhadas em aula, os recursos necessários para a aplicação da etapa, os materiais avaliativos e a estrutura da atividade. Além disso, cada etapa possui um tempo planejado. Entende-se que este é apenas orientativo; leve o tempo e a quantidade de aulas necessária para que seus alunos compreendam e interajam da melhor forma possível com a atividade. Havendo a necessidade de materiais extras e complementares nas etapas, os mesmos serão indicados nas fichas de aula.

Os modelos de planos de aula, fichas avaliativas e materiais complementares serão apresentados em suas respectivas etapas. O cronograma de etapas e aplicação é estruturado com períodos de aula equivalente a 50 min de aula em sala de aula.

É importante ressaltar que este material foi planejado para ser aplicado em um contexto bilíngue. Portanto, há espaços destinados à mobilização desses conceitos, bem como as fichas avaliativas são apresentadas em ambas as línguas escolhidas. Sinta-se a vontade para fazer uso dessa possibilidade interdisciplinar.

DESCRIÇÃO DAS ETAPAS:

- **Etapa 0: Análise dos conhecimentos prévios**

- Primeiramente, você deve explicar e contextualizar brevemente ao aluno a atividade de Júri Simulado / *Mock Trial* que será desenvolvida ao longo de 7 etapas. Explique brevemente aos alunos cada etapa e apresente um cronograma de desenvolvimento das atividades;
- Na sequência, aponte que esta trata-se da Etapa 0 e portanto será realizada a análise dos conhecimentos prévios dos estudantes através da criação de um mapa conceitual. Para isso, você deve apresentar as diferenças entre um mapa mental e um mapa conceitual. O material extra desenvolvido para essa sequência: slides mapa mental ou mapa conceitual? que se encontra no Apêndice pode te auxiliar nesta tarefa;
- Após a compreensão das diferenças, explique aos alunos que eles devem produzir um mapa conceitual que deverá ser entregue, e que este será a ficha avaliativa - folha 1. O mapa deve abordar a temática que será trabalhada no Júri Simulado. Para esta sequência a palavra conceito escolhida foi: CIDADANIA DIGITAL. A partir dela, os alunos devem buscar representar as seguintes ideias: a importância da privacidade online e proteção de dados pessoais; direitos e responsabilidades dos alunos quanto à privacidade e segurança de contas online; LGPD; e o cyberbullying. É de extrema importância que os alunos não façam uso de materiais de consulta, pois o objetivo deste mapa é identificar as lacunas que precisam ser preenchidas para o bom andamento da atividade.

- **Etapa 1: Preenchendo as lacunas**

- Nesta etapa, você precisa preencher as lacunas identificadas através dos mapas conceituais. Explore os conceitos e objetos de estudos necessários para a construção do Júri Simulado. Novamente, você pode utilizar o material extra desenvolvido para essa sequência: slides cidadania digital, para a versão em português e slides *digital citizenship*, para a versão em inglês;

- Estes slides, disponíveis no Apêndice, apresentam diversos conceitos e aspectos que podem ser trabalhados. Entretanto, recomenda-se que seja apresentado apenas o que for necessário para preencher as lacunas identificadas. A apresentação de conceitos base é importante para que posteriormente os alunos possam ampliar e ancorar os novos conceitos que serão trabalhados com a atividade;
- Você também pode apenas promover um debate sobre os pontos latentes e explorar esse material extra apenas como fonte de apoio para os alunos.

- **Etapa 2: Definição da situação problema**

- Inicie apresentando o vídeo *The Three Little Pigs Mock Trial*¹. Esse vídeo trata-se de um Mock Trial realizado sobre a história dos Três Porquinhos, e permitirá que os alunos visualizem o que eles devem produzir com a atividade;
- Ao fim do vídeo, discuta com os alunos quem eles julgam como culpado e o papel de cada personagem;
- Após a conclusão do debate sobre o caso dos Três Porquinhos, apresente à turma os temas propostos e faça a escolha do caso com seus estudantes;
- Com o tema escolhido, discuta o papel de cada personagem, apontando as responsabilidades de cada participante durante a corte. Somente após a apresentação do caso e dos papéis os alunos devem escolher seus personagens;
- Após as escolhas, os alunos devem completar a ficha avaliativa - folha 2 e 3, apontando seu entendimento sobre o problema e seu papel no Júri. Nesta etapa os alunos podem pesquisar e complementar suas respostas.

- **Etapa 3: Mobilização crítica dos conhecimentos**

- A partir desta aula, os estudantes iniciam a construção dos seus argumentos e roteiros para o Júri. Para isso, os alunos devem sempre se reunir em grupos, divididos da seguinte maneira:

¹ SAN JOAQUIN COUNTY OFFICE OF EDUCATION. 08 - **The Three Little Pigs Mock Trial**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PHGgROozoUc&list=PL34rmtBGDOvW4KKn0-eZroFirP3ZEuAe1&index=8>. Acesso em: 16 set. 2024. Duração: 21 min 24 s.

- Corte: composta por juiz, jurados, escrivão e oficial de justiça;
- Defesa: composta por vítima, advogados e testemunhas de defesa;
- Acusação: composta por réu, advogados e testemunhas de acusação.
- Em seus grupos os alunos devem: organizar suas ideias de defesa, acusação e júri; esclarecer com o professor ou através de pesquisas as questões bases e objetos de estudo não compreendidos totalmente pelo grupo; montar suas falas, argumentos, provas, *scripts*, e construção dos seus personagens para o Júri;
- O *script* a ser seguido no dia do Júri deve ser construído pelos estudantes que compõem o grupo da corte. Este deve ser apresentado aos demais grupos antes da Etapa 4 ocorrer;
- Ao final do tempo destinado para a mobilização dos conceitos, os alunos devem entregar essas construções realizadas através da ficha avaliativa - folha 4.

- **Etapa 4: Júri Simulado**

- Esta etapa é a realização do Júri Simulado. O roteiro criado pelo grupo da corte é colocado em ação neste dia;
- Oriente os alunos que para esta etapa todos devem ter seus roteiros impressos, para facilitar o acompanhamento do Júri;
- Além disso, lembre os alunos que eles devem assumir os papéis escolhidos, e se desejarem podem se caracterizar para isso;
- Busque apenas mediar o Júri, deixando os alunos sempre à frente da situação. Se possível, recomendo que você, professor, esteja como jurado. Assim, será possível a observação de todos os alunos em ação, sem interferir na dinâmica. Auxilie sempre que necessário, principalmente na deliberação.

- **Etapa 5: Avaliação da atividade**

- Aqui é o momento de você discutir com os alunos como foi essa atividade, dando e recebendo feedbacks. É muito importante ouvir os alunos;
- Enfatize para os estudantes os pontos do tema que se relacionam com o conteúdo e ressalte a conexão desses conteúdos com o dia a dia deles.

- Após essa conversa inicial, peça para os alunos fazerem a autoavaliação e avaliação dos pares por meio do questionário disponível na ficha avaliativa - folha 5.

- **Etapa 6: Ressignificando os conceitos**

- Como etapa final, os alunos devem ressignificar seus conceitos. Para isso, você deve devolver o 1º mapa conceitual construído pelos alunos (ficha avaliativa - folha 1) e solicitar para que os alunos refaçam o mapa conceitual completando-o com os novos conceitos aprendidos na atividade;
- Este novo mapa deve ser entregue (ficha avaliativa - 6).

Na próxima página você irá encontrar um cronograma para a aplicação desta sequência.

CRONOGRAMA DE ETAPAS E APLICAÇÃO

Etapa	Descrição	Material necessário	Tempo planejado
00	Análise dos conhecimentos prévios	Slides sobre mapas conceituais Ficha avaliativa 1: Mapa conceitual inicial	1 período
01	Preenchendo as lacunas	Slides sobre cidadania digital	1 período
02	Definição da situação problema	Ficha avaliativa 2: O que você entendeu do problema? Ficha avaliativa 3: Quem é você no júri?	2 períodos
03	Mobilização crítica dos conhecimentos	Ficha avaliativa 4: Quais argumentos você e seu grupo irão utilizar durante o júri?	8 períodos
04	Júri simulado	Local preparado para a execução do júri	2 períodos
05	Avaliação da atividade	Ficha avaliativa 5: Avaliação da atividade, autoavaliação e avaliação dos pares	1 período
06	Ressignificando os conceitos	Ficha avaliativa 6: Mapa conceitual re-significado	1 período

CULTURA DIGITAL E A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece, como uma de suas competências gerais, a necessidade de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética (Competência Geral 5). Ao tratar da cultura digital como eixo estruturante, a BNCC reforça a responsabilidade da escola em preparar os alunos para os desafios da vida conectada.

A sequência aqui proposta dialoga diretamente com esse objetivo ao propor uma atividade interdisciplinar que desenvolve a consciência crítica sobre o uso das redes sociais, privacidade de dados e segurança digital.

Assim, este Produto Educacional é impulsionado pelo anseio da criação de uma atividade pedagógica que envolvesse os conceitos de cultura e cidadania digital para um público do Ensino Fundamental II. Entretanto, conforme já destacado, esta sequência não se restringe apenas para esse público. Sinta-se à vontade para fazer as alterações que você julgar pertinente.

Este capítulo trata das habilidades do Ensino Fundamental II que podem ser trabalhadas nessa atividade. As habilidades são apresentadas seguindo as etapas propostas nesta sequência, que serão discutidas a seguir.

HABILIDADES DE CADA ETAPA

A seguir são apresentadas algumas das habilidades dispostas na BNCC e que são possíveis de serem trabalhadas nessa atividade:

- **ETAPA 0: Análise dos conhecimentos prévios**
 - [EF67LP22] Produzir resumos, a partir das notas e/ou esquemas feitos, com o uso adequado de paráfrases e citações;
- **ETAPA 1: Preenchendo as lacunas**
 - [EF09LI01] Fazer uso da língua inglesa para expor pontos de vista, argumentos e contra-argumentos, considerando o contexto e os recursos linguísticos voltados para a eficácia da comunicação.
 - (EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.
- **ETAPA 2: Definição da situação problema**
 - [EF09LI07] Identificar argumentos principais e as evidências/exemplos que os sustentam;
 - [EF09LI14] Utilizar conectores indicadores de adição, condição e síntese como auxiliares na construção argumentativa e intencionalidade discursiva;
 - [EF69LP15] Apresentar argumentos e contra-argumentos coerentes, respeitando os turnos de fala, na participação em discussões sobre temas controversos ou polêmicos;
 - [EF89LP02] Analisar diferentes práticas (curtir, compartilhar, comentar, curar etc.) e textos pertencentes a diferentes gêneros da cultura digital (meme, gif, comentário, charge digital etc.) envolvidos no trato com a informação e opinião, de forma a possibilitar uma presença mais crítica e ética nas redes;
 - [EF05HI04] Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.
- **ETAPA 3: Mobilização crítica dos conhecimentos**
 - [EF09LI01] Fazer uso da língua inglesa para expor pontos de vista, argumentos e contra-argumentos, considerando o contexto e os recursos linguísticos voltados para a eficácia da comunicação;
 - [EF09LI06] Distinguir fatos de opiniões em textos argumentativos da esfera jornalística;

- [EF09LI07] Identificar argumentos principais e as evidências/exemplos que os sustentam;
- [EF09LI10] Propor potenciais argumentos para expor e defender ponto de vista em texto escrito, refletindo sobre o tema proposto e pesquisando dados, evidências e exemplos para sustentar os argumentos, organizando-os em sequência lógica;
- [EF05HI04] Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos;
- [EF09LI12] Produzir textos (infográficos, fóruns de discussão on-line, fotorreportagens, campanhas publicitárias, memes, entre outros) sobre temas de interesse coletivo local ou global, que revelem posicionamento crítico;
- [EF89LP02] Analisar diferentes práticas (curtir, compartilhar, comentar, curar etc.) e textos pertencentes a diferentes gêneros da cultura digital (meme, gif, comentário, charge digital etc.) envolvidos no trato com a informação e opinião, de forma a possibilitar uma presença mais crítica e ética nas redes.

• **ETAPA 4: Socialização das construções**

- [EF09LI01] Fazer uso da língua inglesa para expor pontos de vista, argumentos e contra-argumentos, considerando o contexto e os recursos linguísticos voltados para a eficácia da comunicação;
- [EF09LI06] Distinguir fatos de opiniões em textos argumentativos da esfera jornalística;
- [EF09LI07] Identificar argumentos principais e as evidências/exemplos que os sustentam;
- [EF09LI08] Explorar ambientes virtuais de informação e socialização, analisando a qualidade e a validade das informações veiculadas;
- [EF09LI09] Compartilhar, com os colegas, a leitura dos textos escritos pelo grupo, valorizando os diferentes pontos de vista defendidos, com ética e respeito;
- [EF09LI10] Propor potenciais argumentos para expor e defender ponto de vista em texto escrito, refletindo sobre o tema proposto e pesquisando dados, evidências e exemplos para sustentar os argumentos, organizando-os em sequência lógica;

- [EF09LI12] Produzir textos (infográficos, fóruns de discussão on-line, fotorreportagens, campanhas publicitárias, memes, entre outros) sobre temas de interesse coletivo local ou global, que revelem posicionamento crítico;
- [EF09LI14] Utilizar conectores indicadores de adição, condição e síntese como auxiliares na construção argumentativa e intencionalidade discursiva;
- [EF69LP15] Apresentar argumentos e contra-argumentos coerentes, respeitando os turnos de fala, na participação em discussões sobre temas controversos ou polêmicos;
- [EF89LP04] Identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos explícitos e implícitos, argumentos e contra-argumentos em textos argumentativos do campo (carta de leitor, comentário, artigo de opinião, resenha crítica etc.), posicionando-se frente à questão controversa de forma sustentada;
- [EF89LP02] Analisar diferentes práticas (curtir, compartilhar, comentar, curar etc.) e textos pertencentes a diferentes gêneros da cultura digital (meme, gif, comentário, charge digital etc.) envolvidos no trato com a informação e opinião, de forma a possibilitar uma presença mais crítica e ética nas redes;
- [EF05HI04] Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.

• **ETAPA 5: Avaliação da atividade**

- [EF67LP22] Produzir resumos, a partir das notas e/ou esquemas feitos, com o uso adequado de paráfrases e citações;
- [EF09LI01] Fazer uso da língua inglesa para expor pontos de vista, argumentos e contra-argumentos, considerando o contexto e os recursos linguísticos voltados para a eficácia da comunicação;
- [EF05HI04] Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.

• **ETAPA 6: Ressignificando os conceitos**

- [EF69LP15] Apresentar argumentos e contra-argumentos coerentes, respeitando os turnos de fala, na participação em discussões sobre temas controversos ou polêmicos.

PLANOS DE AULA

Segundo Villas-Boas, Sauer e Booth (2016):

”

Há diferentes maneiras de se implementar PBL, porém em todas elas há um conjunto de atividades que partem da apresentação de um problema aos estudantes, que organizam suas ideias em equipe, procurando compreendê-lo e solucioná-lo com o conhecimento que já possuem. A seguir, destacam questões com base no que não compreenderam e planejam uma distribuição de tarefas visando esclarecê-las. Na sequência, compartilham as informações encontradas com a equipe, integrando os novos conhecimentos e relacionando-os com o contexto do problema. Finalmente, realizam sua autoavaliação e a avaliação dos colegas e do processo vivenciado.

A partir da descrição da maneira de implementação da PBL de Villas-Boas, Sauer e Booth, a sequência didática aqui proposta é dividida e apresentada em 7 etapas. As estruturas de planos de trabalho e fichas avaliativas a serem utilizadas em suas aulas são apresentadas, bem como materiais complementares que poderão ser utilizados. Os materiais complementares são apresentados nos Apêndices desse e-book.

Ao final da apresentação dos planos de trabalhos, as propostas avaliativas de cada etapa são apresentadas.



JÚRI SIMULADO - ETAPA 0

24

Ano/Turma:

Duração: 1 período

Data:

Tópico: Análise dos conhecimentos prévios.

Foco e objetivos da aula:

- Análise dos conhecimentos prévios dos alunos através de um mapa conceitual;
- Breve explicação do que será a atividade, para que possa ser feita a apresentação do método de avaliação da atividade.

Materiais necessários:

- Ficha avaliativa;
- Canetas;
- Slides de apoio.

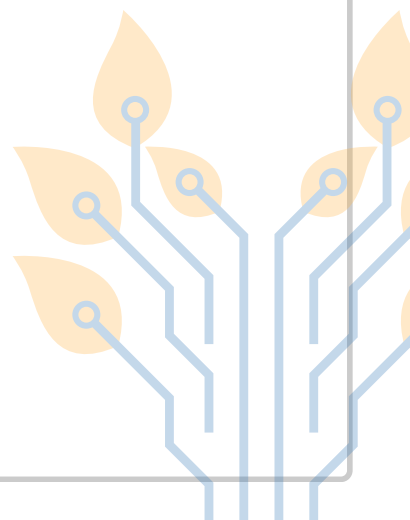
Avaliação:

- Ficha avaliativa - Folha 1: Mapa conceitual inicial.

Estrutura/Atividade:

- Explicar para os alunos brevemente a atividade e que as avaliações se darão através das fichas avaliativas e participação no Júri;
- Caso os alunos não saibam a diferença entre mapa conceitual e mapa mental explicar (material extra - slides “[mapa mental ou mapa conceitual?](#)”);
- Os alunos devem produzir um mapa conceitual para ser entregue, na ficha avaliativa - folha 1, que aborde a temática que será trabalhada no Júri Simulado. Indicar para os alunos que eles devem abordar os seguintes pontos:
 - Conceito chave: CIDADANIA DIGITAL
 - A importância da privacidade online e proteção de dados pessoais;
 - Direitos e responsabilidades dos alunos quanto à privacidade e segurança de contas online;
 - LGPD;
 - Cyberbullying;
- É de extrema importância que os alunos não façam uso de materiais de consulta;
- O objetivo não é classificar as respostas a fim de atribuir notas, mas sim identificar as lacunas que precisam ser preenchidas para o bom andamento da atividade.

Diário da aula:



FICHA AVALIATIVA 1 - MAPA CONCEITUAL INICIAL
EVALUATION FORM 1 - INITIAL CONCEPTUAL MAP

JÚRI SIMULADO - ETAPA 1

26

Ano/Turma:

Duração: 1 período

Data:

Tópico: Preenchendo as lacunas.

Foco e objetivos da aula:

- Construção dos conceitos base: apresentação dos conceitos e objetivos necessários que não foram abordados ou não estão bem esclarecidos para os alunos;
- A escolha desses tópicos é baseada nos mapas conceituais dos alunos.

Materiais necessários:

- Data-show;
- Quadro branco;
- Slides de apoio.

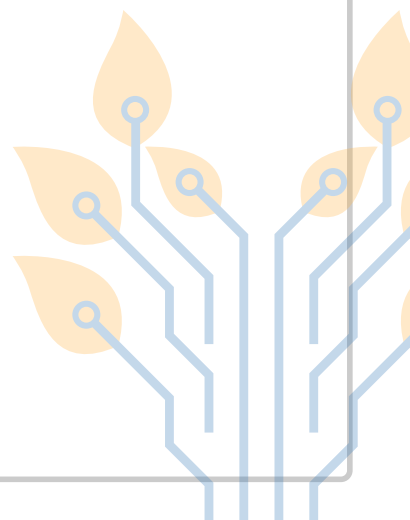
Avaliação:

- Observação da participação e discussões em sala de aula.

Estrutura/Atividade:

- Aula expositiva e dialogada sobre os conceitos e objetos de estudos necessários para a construção do Júri Simulado (material extra - slides “[cidadania digital](#)”, versão em português e “[digital citizenship](#)”, versão em inglês);
- Priorize apresentar somente os conceitos base para que posteriormente os alunos possam ampliar esses conceitos através de suas pesquisas.

Diário da aula:



JÚRI SIMULADO - ETAPA 2

27

Ano/Turma:

Duração: 2 períodos

Data:

Tópico: Definição da situação problema.

Foco e objetivos da aula:

- Contextualização da situação problema que será trabalhada;
- Definição dos papéis de cada aluno;

Materiais necessários:

- Data-show;
- Quadro branco;
- Ficha avaliativa.

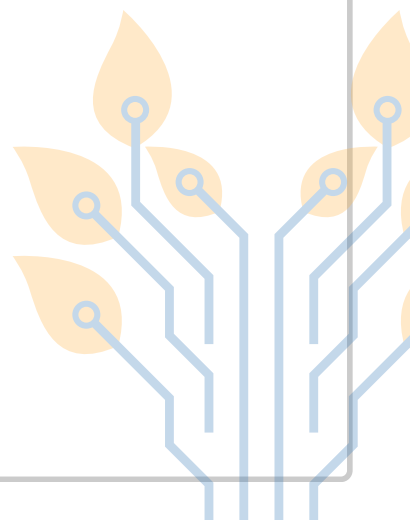
Avaliação:

- Ficha avaliativa - Folha 2: O que você entendeu do problema?
- Ficha avaliativa - Folha 3: Quem é você no Júri?

Estrutura/Atividade:

- Iniciar a aula apresentando o vídeo exemplo de um *mock trial*: [The Three Little Pigs Mock Trial](#)
- Ao fim do vídeo, discutir com os alunos quem eles julgam como culpado e discutir o papel de cada personagem;
- Na conclusão do debate sobre o caso dos Três Porquinhos, apresentar os temas propostos para a turma;
- Com o tem escolhido, discutir o papel de cada personagem, apontando as responsabilidades de cada participante. Somente após a apresentação do caso e dos papéis os alunos devem escolher seus personagens;
- Os alunos devem apontar na ficha avaliativa - folhas 2 e 3 o seu entendimento sobre o problema e seu papel no Júri;
- Importante ressaltar que nessa etapa os alunos podem pesquisar e complementar suas respostas, uma vez que precisam estudar o que seu personagem faz.

Diário da aula:



Caso fictício: O caso da invasão de contas e a LGPD na escola**Descrição do caso:**

Na escola (inserir nome da escola) de Ensino Fundamental, o aluno, Vítima (inserir o nome da vítima), deixou sua conta da escola e também do Instagram logada em um dos computadores da sala de tecnologia. Outro aluno, Acusado (inserir o nome do acusado), ao ir fazer suas atividades na sala de tecnologia encontrou o computador com a conta logada e acessou-a sem autorização. Acusado (inserir o nome do acusado) realizou postagens se passando pelo colega e também compartilhou informações pessoais da Vítima (inserir o nome da vítima) com outros colegas. Por conta disso, Vítima (inserir o nome da vítima), está processando o Acusado (inserir o nome do acusado) por violação da privacidade e invasão de sua conta online. A vítima exige o pagamento de uma indenização no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) pelos danos causados à vítima.

Entenda mais detalhes do caso:

- Vítima alega que seus direitos de privacidade foram violados e que o Acusado agiu de maneira maldosa ao acessar sua conta e divulgar informações pessoais;
- O Acusado alega que a Vítima errou ao deixar sua conta logada e por isso qualquer pessoa poderia ter acessado sua conta, citando que inclusive poderia ser mais que uma pessoa;
- As evidências incluem registros das atividades de acesso à conta da vítima, fornecida pelo setor de TI da escola, capturas de tela das postagens, mensagens compartilhadas e depoimentos de testemunhas que viram as postagens. Entretanto é importante observar que essas evidências comprovam a veracidade do acesso, mas não podem comprovar quem acessou, uma vez que acessou pela conta da Vítima;
- O júri terá que determinar se o Acusado violou a privacidade da Vítima, se sua ação constituiu invasão de conta online e se ele deve ser responsabilizado pelas consequências de suas ações.

Pense nos seguintes pontos na hora de construir seus argumentos e os de seu grupo:

- A importância da privacidade online e proteção de dados pessoais;
- Os direitos e responsabilidades que os alunos devem ter com relação à privacidade e à segurança de suas contas online;
- A aplicação da LGPD em casos de violação de privacidade online no contexto escolar;
- A responsabilidade em situações de invasão de contas online.

Fictional Case: The case of account hacking and LGPD at school**Case description:**

At (insert school name) Elementary School, a student, Victim (insert victim's name), left their school and Instagram accounts logged in on a technology classroom computer. Another student, Defendant (insert defendant's name), found the computer logged in and accessed the accounts without permission. The Defendant impersonated the Victim, posting and sharing the Victim's personal information with other students. Consequently, the Victim (insert victim's name) is suing the Defendant (insert defendant's name) for privacy violation and unauthorized account access, demanding a compensation of BRL 15,000 for the damages incurred.

Further case details:

- The Victim claims their privacy rights were violated and that the Defendant acted maliciously by accessing their account and disclosing personal information.
- The Defendant argues that the Victim was at fault for leaving their account logged in, which could have allowed anyone access, possibly even more than one person.
- Evidence includes logs of account access activities provided by the school's IT department, screenshots of the posts, shared messages, and witness statements who saw the posts. However, it's crucial to note that while this evidence confirms that the account was accessed, it does not prove who accessed it since it was done through the Victim's account.
- The jury must determine whether the Defendant violated the Victim's privacy, whether their actions constituted an online account invasion, and if they should be held responsible for the consequences of their actions.

Consider the following points when building your arguments:

- The importance of online privacy and personal data protection;
- The rights and responsibilities students should have concerning the privacy and security of their online accounts;
- The application of the LGPD in cases of online privacy violations within a school context;
- Responsibility in cases of online account invasions.

Caso fictício: Publicação de fotos constrangedoras no Instagram**Descrição do caso:**

Na escola (inserir nome da escola) de Ensino Fundamental, o aluno, Vítima (inserir o nome da vítima), está processando o réu (inserir o nome do acusado), também aluno da escola. A Vítima exige o pagamento de uma indenização de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por danos morais e materiais. A acusação se baseia na criação de um perfil falso no Instagram pelo réu, onde foram publicadas fotos manipuladas da vítima em situações constrangedoras, vexatórias e humilhantes. A vítima também solicita a exclusão do perfil falso e uma retratação pública na rede social.

Entenda mais detalhes do caso:

- A Vítima alega ter sofrido danos à sua imagem e bem-estar emocional devido às ações do Réu;
- O Réu é acusado de criar intencionalmente um perfil falso para prejudicar e humilhar a vítima publicamente;
- As evidências incluem capturas de tela das postagens no Instagram, análises técnicas que ligam o perfil falso **ao dispositivo** do réu, e depoimentos de testemunhas que reconheceram as fotos e o estilo de comunicação do réu nas postagens.

Pense nos seguintes pontos na hora de construir seus argumentos e os de seu grupo:

- A importância da responsabilidade digital e as consequências legais de difamação e violação da privacidade online;
- A avaliação dos danos morais e materiais em casos de cyberbullying e a necessidade de indenizações justas para compensar a vítima;
- Discussão sobre as medidas adequadas de retratação pública e a eliminação do conteúdo ofensivo online;
- A aplicação da LGPD e outras legislações pertinentes em relação à proteção de dados pessoais e à privacidade na internet.

Fictional Case: Posting embarrassing photos on Instagram**Case description:**

At (insert school name) Elementary School, a student, Victim (insert victim's name), is suing another student, Defendant (insert defendant's name), also from the same school. The Victim is demanding a compensation of BRL 20,000 for moral and material damages. The accusation is based on the Defendant's creation of a fake Instagram profile, where manipulated photos of the Victim in embarrassing, humiliating situations were posted. The Victim also requests the deletion of the fake profile and a public retraction on the social network.

Further case details:

- The Victim claims to have suffered damage to their image and emotional well-being due to the Defendant's actions;
- The Defendant is accused of intentionally creating a fake profile to harm and publicly humiliate the Victim;
- Evidence includes screenshots of the Instagram posts, technical analyses linking the fake profile to the Defendant's device, and witness testimonies recognizing the photos and the Defendant's communication style in the posts.

Consider the following points when building your arguments:

- The importance of digital responsibility and the legal consequences of defamation and online privacy violation;
- Assessment of moral and material damages in cases of cyberbullying and the need for fair compensation to the victim;
- Discussion on appropriate measures for public retraction and the removal of offensive online content;
- The application of the LGPD and other relevant legislation regarding the protection of personal data and privacy on the internet.

Caso real: Cyberbullying em escola de Santa Maria**Descrição do caso:**

Na escola (inserir nome da escola) particular de Santa Maria, a vítima, Maria (nome fictício), uma estudante de 10 anos, foi ofendida em um grupo de WhatsApp do 5º ano por outra estudante, a ré Bianca (nome fictício). Bianca é acusada de publicar uma imagem de Maria com frase de cunho pejorativo. A família de Maria processa Bianca e exige indenização de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) por danos morais, argumentando que o incidente causou isolamento social, saída da escola e necessidade de tratamento psicológico para Maria.

Entenda mais detalhes do caso:

- Maria afirma ter sofrido bullying digital, resultando em danos emocionais sérios;
- Bianca alega que a postagem era uma brincadeira comum entre colegas e não tinha intenção de causar dano;
- As evidências incluem capturas de tela das mensagens no WhatsApp, testemunhos dos pais que viram as postagens e relatórios psicológicos descrevendo o impacto emocional em Maria;
- Vocês podem encontrar mais detalhes desse caso nas seguintes matérias:
 - Justiça determina indenização por cyberbullying em escola de Santa Maria
 - Família é indenizada em R\$ 13 mil após primeira multa por cyberbullying no Brasil
 - Justiça condena mãe a pagar multa em caso de cyberbullying entre crianças no RS

Pense nos seguintes pontos na hora de construir seus argumentos e os de seu grupo:

- A responsabilidade legal dos pais no monitoramento e na orientação do comportamento digital e atividades online de seus filhos;
- Relevância da educação digital nas escolas para prevenir comportamentos danosos online;
- Discussão sobre a seriedade do cyberbullying e suas consequências legais e emocionais. Avaliando o impacto do cyberbullying na saúde mental dos jovens e a necessidade de reparação;
- Avaliação da responsabilidade de menores de idade e seus pais em incidentes de cyberbullying;
- Impacto de declarações feitas em redes sociais e grupos de mensagens sobre o bem-estar de estudantes.

Real case: Cyberbullying at a school in Santa Maria

Case description:

At (insert school name) a private school in Santa Maria, the victim, Maria (fictitious name), a 10-year-old student, was offended in a 5th-grade WhatsApp group by another student, the defendant Bianca (fictitious name). Bianca is accused of posting an image of Maria with a pejorative caption. Maria's family is suing Bianca, demanding compensation of BRL 13,000 for moral damages, arguing that the incident caused social isolation, withdrawal from school, and the need for psychological treatment for Maria.

Further case details:

- Maria claims to have suffered digital bullying, resulting in serious emotional damage;
- Bianca contends that the post was a common joke among classmates and not intended to cause harm;
- Evidence includes screenshots of the WhatsApp messages, testimonials from parents who saw the posts, and psychological reports describing the emotional impact on Maria;
- You can find more details about this case in the following articles:
 - [Justice orders compensation for cyberbullying at a school in Santa Maria](#)
 - [Family compensated with BRL 13,000 after first fine for cyberbullying in Brazil](#)
 - [Mother ordered to pay fine in cyberbullying case among children in RS](#)

Consider the following points when building your arguments:

- The legal responsibility of parents in monitoring and guiding their children's digital behavior and online activities;
- The relevance of digital education in schools to prevent harmful online behaviors;
- Discussion on the seriousness of cyberbullying and its legal and emotional consequences, assessing the impact of cyberbullying on young people's mental health and the need for reparation;
- Assessment of the responsibility of minors and their parents in incidents of cyberbullying;
- The impact of statements made on social networks and messaging groups on students' well-being.

Caso real: Imagens de IA e a Taylor Swift**Descrição do caso:**

Recentemente, a cantora e compositora Taylor Swift foi envolvida em um incidente em que sua imagem foi manipulada utilizando Inteligência Artificial (IA) para criar sons e imagens não autorizadas. A IA foi usada para replicar a voz e a aparência de Swift em conteúdos que ela não produziu, levantando questões sérias sobre direitos autorais e privacidade. Swift e sua equipe estão processando os responsáveis por essas manipulações, Sociedade Anônima de Hackers (nome fictício) buscando indenização e regulamentação mais rígida sobre o uso de IA na indústria musical. A vítima move as seguintes ações contra os acusados: Indenização por Danos Morais e Materiais: a vítima busca uma compensação financeira pelos danos causados à sua imagem e reputação devido ao uso não autorizado de sua imagem e voz; Violação de Direitos Autorais: Acusa os responsáveis pela manipulação de IA de violação de direitos autorais por criar conteúdo não autorizado usando sua voz e imagem; Falsidade Ideológica: Argumenta que a criação e disseminação de conteúdos falsos com sua imagem e voz constituem falsidade ideológica e enganam o público. Além disso, a vítima solicita uma retratação pública pelos conteúdos criados e disseminados, visando restaurar sua imagem pública.

Entenda mais detalhes do caso:

- Taylor Swift alega que o uso de IA para criar conteúdo não autorizado viola seus direitos autorais e de imagem;
- Os acusados defendem que o uso de IA é uma inovação tecnológica e que a regulamentação ainda não está clara sobre os limites de sua aplicação;
- As evidências incluem análises técnicas das manipulações de IA, registros das atividades dos responsáveis pela criação dos conteúdos, e depoimentos de especialistas em tecnologia e direito.
- Vocês podem encontrar mais detalhes desse caso na internet, como por exemplo, nas seguintes matérias:
 - [Forbes Brasil: O que o caso Taylor Swift nos alerta sobre os perigos da IA](#)
 - [FGPI: Taylor Swift e a revolução dos direitos autorais na indústria musical](#)
 - [CBN Tecnologia: Caso Taylor Swift - IA pode ser ferramenta para agredir mulheres e violar intimidade](#)

Pense nos seguintes pontos na hora de construir seus argumentos e os de seu grupo:

- A importância da proteção dos direitos de imagem e autorais na era digital;
- As implicações éticas e legais do uso de IA para criar conteúdo não autorizado;
- A necessidade de regulamentação clara sobre o uso de IA na criação de conteúdos para evitar abusos e proteger a privacidade;
- A responsabilidade dos desenvolvedores de IA e das plataformas que permitem a criação e disseminação desses conteúdos.

Caso real: AI images and Taylor Swift

Case description:

Recently, singer-songwriter Taylor Swift was involved in an incident where her image was manipulated using Artificial Intelligence (AI) to create unauthorized sounds and images. AI was used to replicate Swift's voice and appearance in content she did not produce, raising serious questions about copyright and privacy. Swift and her team are suing those responsible for these manipulations, the Anonymous Society of Hackers (*fictitious name*), seeking compensation and stricter regulations on the use of AI in the music industry. The victim files the following actions against the accused: Compensation for Moral and Material Damages: The victim seeks financial compensation for the damage caused to her image and reputation due to the unauthorized use of her image and voice; Violation of Copyright: Accuses those responsible for the AI manipulation of copyright infringement by creating unauthorized content using her voice and image; Ideological Falsehood: Argues that creating and disseminating false content with her image and voice constitutes ideological falsehood and misleads the public. Additionally, the victim requests a public retraction of the created and disseminated content to restore her public image.

Further case details:

- Taylor Swift claims that using AI to create unauthorized content violates her copyright and image rights.
- The accused argue that using AI is a technological innovation and that the regulation is not yet clear on the limits of its application.
- Evidence includes technical analyses of AI manipulations, records of activities by those responsible for creating the content, and expert testimonies in technology and law.
- You can find more details about this case on the internet, such as in the following articles:
 - Forbes Brasil: [O que o caso Taylor Swift nos alerta sobre os perigos da IA](#)
 - FGPI: [Taylor Swift e a revolução dos direitos autorais na indústria musical](#)
 - CBN Tecnologia: [Caso Taylor Swift - IA pode ser ferramenta para agredir mulheres e violar intimidade](#)

Consider the following points when building your arguments:

- The importance of protecting image and copyright rights in the digital age;
- The ethical and legal implications of using AI to create unauthorized content;
- The need for clear regulation on the use of AI in content creation to prevent abuses and protect privacy;
- The responsibility of AI developers and the platforms that allow the creation and dissemination of such content.

Caso fictício: Investigação criminal através da LGPD**Descrição do caso:**

Na comarca de (inserir nome da comarca), foi registrado um crime que abalou a comunidade local. A vítima, João da Silva (nome fictício), foi encontrada sem vida em sua residência em circunstâncias que indicam assassinato. A polícia, ao investigar o caso, deparou-se com poucas evidências físicas no local do crime. No entanto, durante a análise preliminar, foi identificado que João, pouco antes de sua morte, havia recebido ameaças anônimas por meio de uma plataforma de mensagens criptografadas.

Os investigadores, buscando novas linhas de investigação, decidiram recorrer à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para obter registros de acessos e atividades online da vítima e possíveis suspeitos. Ao solicitar judicialmente o acesso a dados pessoais como localização, histórico de navegação, e registros de comunicações mantidos por prestadores de serviços de internet e plataformas digitais, foram obtidos indícios que ligam um dos suspeitos, Marcos Pereira (nome fictício), à cena do crime.

Os dados indicam que Marcos esteve nas proximidades da casa da vítima na noite do crime, e seu histórico de busca revela pesquisas relacionadas a métodos de envenenamento – coincidindo com a substância tóxica encontrada no corpo de João. Além disso, as mensagens anônimas foram rastreadas até um dispositivo conectado a Marcos, revelando um possível motivo para o crime. Com essas evidências, o Ministério Público move uma ação penal contra Marcos Pereira, acusando-o de homicídio premeditado.

A família da vítima, em adição à ação penal, também move uma ação cível contra Marcos Pereira, exigindo uma indenização de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por danos morais e materiais, devido à perda de um ente querido e ao sofrimento causado.

Entenda mais detalhes do caso:

- A Promotoria alega que os dados obtidos através da LGPD são cruciais para estabelecer o vínculo entre o acusado e o crime, defendendo a admissibilidade dessas evidências no processo;
- A Defesa contesta a validade dessas provas, alegando que a coleta e uso dos dados violam a privacidade de Marcos Pereira e que as evidências são insuficientes para uma condenação;
- As evidências incluem registros de localização, histórico de busca e comunicações que ligam o acusado ao crime, obtidos legalmente através da LGPD com autorização judicial.

Pense nos seguintes pontos na hora de construir seus argumentos e os de seu grupo:

- A aplicação da LGPD em investigações criminais, especialmente no que diz respeito à obtenção e uso de dados pessoais como prova;
- Os limites da privacidade individual frente à necessidade de segurança pública e justiça criminal;
- A importância da proteção de dados pessoais e os procedimentos legais para garantir que sua utilização seja ética e dentro dos limites legais;
- A validade e admissibilidade de provas obtidas por meio de dados digitais em processos criminais.

Fictional Case: Criminal Investigation through LGPD**Case description:**

In the district of (insert district name), a crime that shocked the local community was recorded. The victim, João da Silva (fictitious name), was found lifeless in his residence under circumstances indicating murder. The police, upon investigating the case, encountered few physical evidence at the crime scene. However, during the analysis, it was identified that João, shortly before his death, had received anonymous threats through an encrypted messaging platform.

The investigators, seeking new avenues of investigation, decided to resort to the General Data Protection Law (LGPD) to obtain records of access and online activities of the victim and possible suspects. By judicially requesting access to personal data such as location, browsing history, and communication records maintained by internet service providers and digital platforms, evidence was obtained linking one of the suspects, Marcos Pereira (fictitious name), to the crime scene.

The data indicates that Marcos was near the victim's house on the night of the crime, and his search history reveals queries related to poisoning methods – coinciding with the toxic substance found in João's body. Moreover, the anonymous messages were traced back to a device connected to Marcos, revealing a possible motive for the crime. With this evidence, the Public Prosecutor's Office has filed criminal charges against Marcos Pereira, accusing him of premeditated murder.

In addition to the criminal charges, the victim's family has also filed a civil lawsuit against Marcos Pereira, demanding compensation of R\$ 100,000.00 (one hundred thousand reais) for moral and material damages due to the loss of a loved one and the suffering caused.

Further case details:

- The Prosecution argues that the data obtained through the LGPD is crucial to establish the link between the accused and the crime, defending the admissibility of this evidence in the process.
- The Defense contests the validity of this evidence, claiming that the collection and use of the data violate Marcos Pereira's privacy and that the evidence is insufficient for a conviction.
- The evidence includes location records, search history, and communications that link the accused to the crime, legally obtained through the LGPD with judicial authorization.

Consider the following points when building your arguments:

- The application of the LGPD in criminal investigations, especially regarding the collection and use of personal data as evidence;
- The limits of individual privacy in the face of the need for public safety and criminal justice;
- The importance of personal data protection and the legal procedures to ensure its ethical use within legal limits;
- The validity and admissibility of evidence obtained through digital data in criminal proceedings.

Caso fictício: Uso indevido de plataforma de comunicação (Discord)**Descrição do caso:**

Na cidade de (inserir nome da cidade), um incidente envolvendo a violação de privacidade em uma plataforma digital gerou grande repercussão entre os estudantes da Escola de Ensino Fundamental (inserir nome da escola). A vítima, Carlos Almeida (nome fictício), aluno do 9º ano, alega que teve sua privacidade gravemente violada quando outro aluno, Pedro Souza (nome fictício), acessou sem autorização um servidor privado de Discord, utilizado por Carlos e seus amigos para discussões de atividades escolares e assuntos pessoais.

Pedro Souza, ao ingressar no servidor sem permissão, obteve acesso a conversas particulares e informações pessoais de Carlos. Posteriormente, Pedro compartilhou essas informações fora do contexto original, causando constrangimento e bullying contra Carlos. A situação gerou uma série de problemas emocionais para a vítima, que agora busca justiça através do sistema legal.

Carlos, com o apoio de sua família, move uma ação contra Pedro Souza, alegando violação de privacidade, difamação e danos morais. A vítima solicita uma indenização de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelos danos sofridos, além da exclusão de qualquer conteúdo derivado das conversas privadas.

Entenda mais detalhes do caso:

- Carlos alega que Pedro invadiu um espaço privado digital, acessando e disseminando informações pessoais sem consentimento, o que resultou em bullying e danos emocionais significativos;
- Pedro, por sua vez, argumenta que a configuração inadequada do servidor no Discord permitiu seu acesso e que ele não teve intenção de causar dano, alegando que as informações estavam disponíveis para qualquer participante;
- As evidências incluem registros das atividades no Discord, capturas de tela das conversas divulgadas e depoimentos de colegas que testemunharam as consequências da divulgação dessas informações.

Pense nos seguintes pontos na hora de construir seus argumentos e os de seu grupo:

- A importância da privacidade e segurança em plataformas de comunicação online, especialmente no contexto escolar;
- A responsabilidade dos usuários ao configurar e participar de plataformas digitais, considerando as implicações legais e éticas de suas ações;
- A aplicação da LGPD em casos de violação de privacidade online e a proteção dos dados pessoais no ambiente escolar;
- A necessidade de conscientização e educação sobre o uso seguro e responsável de plataformas digitais entre os jovens.

Fictional Case: Misuse of a Communication Platform (Discord)**Case description:**

In the city of (insert city name), an incident involving a privacy violation on a digital platform caused significant concern among the students of (insert school name) Elementary School. The victim, Carlos Almeida (fictitious name), a 9th-grade student, claims that his privacy was severely violated when another student, Pedro Souza (fictitious name), accessed a private Discord server without authorization. This server was used by Carlos and his friends to discuss school activities and personal matters.

Pedro Souza, after entering the server without permission, obtained access to private conversations and personal information about Carlos. Pedro then shared this information outside the original context, causing embarrassment and bullying against Carlos. The situation led to a series of emotional issues for the victim, who is now seeking justice through the legal system.

Supported by his family, Carlos has filed a lawsuit against Pedro Souza, alleging invasion of privacy, defamation, and moral damages. The victim is seeking compensation of R\$ 20,000.00 (twenty thousand reais) for the damages suffered, as well as the deletion of any content derived from the private conversations.

Further case details:

- Carlos alleges that Pedro invaded a private digital space, accessing and disseminating personal information without consent, resulting in significant emotional harm and bullying.
- Pedro argues that the inadequate configuration of the Discord server allowed his access, and that he did not intend to cause harm, claiming that the information was available to any participant.
- The evidence includes activity logs from Discord, screenshots of the disclosed conversations, and testimonies from classmates who witnessed the consequences of the information being shared.

Consider the following points when building your arguments:

- The importance of privacy and security in online communication platforms, especially in the school context;
- The responsibility of users when configuring and participating in digital platforms, considering the legal and ethical implications of their actions;
- The application of the LGPD in cases of online privacy violations and the protection of personal data in the school environment;
- The need for awareness and education on the safe and responsible use of digital platforms among young people.

Liste aqui o que você entendeu do problema. Cite coisas como:

- O que você identifica como atitude errada?
- Quem você acha que é o culpado?
- O que poderia ter sido feito para evitar que isso ocorresse?

List here what you understood about the problem. Mention things such as:

- What do you identify as a wrong attitude?
- Who do you think is guilty?
- What could have been done to prevent this from happening?

Composição do júri e função de cada participante:

- Juiz: responsável pelo andamento da sessão, deve fazer intervenções sempre que necessário para que o júri ocorra da forma mais organizada. Também é responsável por anunciar a decisão (1 aluno);
- Jurados: responsáveis por analisar os fatos e dar o veredicto por meio de voto secreto. Deve ser composto por um número ímpar de pessoas (3 alunos);
- Escrivão: responsável pela escrita de tudo que é dito em júri (1 aluno);
- Oficial de justiça: responsável por conduzir a entrada das autoridades no tribunal e conduzir o juramento das testemunhas (1 aluno);
- Réu(s): o acusado do “crime”. Em um júri existe também a possibilidade de não haver réu. Assim, trata-se da acusação ou da defesa de um assunto específico (1 aluno);
- Vítima(s): quem acusa do “crime”. Vítima (1 aluno);
- Advogados de defesa: defendem o acusado com base em testemunhas, provas e argumentos coerentes (2 a 3 alunos);
- Promotores / Advogados de acusação: buscam provas, testemunhas e argumentos que possam condenar o réu (2 a 3 alunos);
- Testemunhas: fornecem argumentos através de seu relato que possam inocentar ou acusar o réu (4 alunos);

Júri popular (plateia): deve assistir ao júri em silêncio.

Composition of the jury and role of each participant:

- **Judge:** Oversees the proceedings, making interventions as necessary to ensure the jury operates in an organized manner. Also responsible for announcing the decision (Suggestion 1 student).
- **Jurors:** Responsible for analyzing the facts and delivering a verdict through a secret vote. Must consist of an odd number of people (Suggestion 3 students).
- **Clerk:** Responsible for documenting everything said during the jury session (Suggestion 1 student).
- **Court Officer:** Manages the entry of authorities into the courtroom and conducts the swearing-in of witnesses (Suggestion 1 student).
- **Defendant(s):** Accused of the “crime.” In a jury, there can also be cases without a defendant, thus dealing with the accusation or defense of a specific matter (Suggestion 1 student).
- **Victim(s):** The accuser in the “crime” (Suggestion 1 student).
- **Defense Attorneys:** Defend the accused based on witnesses, evidence, and coherent arguments (Suggestion 2 to 3 students).
- **Prosecutors / Prosecution Attorneys:** Seek evidence, witnesses, and arguments that can convict the defendant (Suggestion 2 to 3 students).
- **Witnesses:** Provide statements that can either exonerate or incriminate the defendant (Suggestion 4 students).
- **Public Jury (audience):** Must watch the jury in silence.

FICHA AVALIATIVA 3 - QUEM É VOCÊ NO JÚRI?
EVALUATION FORM 3 - WHO ARE YOU ON THE JURY?

Liste aqui que papel você vai representar, o que esse personagem faz e quais os deveres e responsabilidades deste personagem.

List here the role you will play, what this character does, and his duties and responsibilities.

Student:

JÚRI SIMULADO - ETAPA 3

44

Ano/Turma:

Duração: 8 períodos

Data:

Tópico: Mobilização crítica dos conhecimentos.**Foco e objetivos da aula:**

- Construção e criação de conceitos e objetos de estudo;
- Mobilização crítica dos conhecimentos por parte dos alunos, com vistas à construção de argumentos relativos à situação problema;
- Construção do poder argumentativo de modo oral.

Materiais necessários:

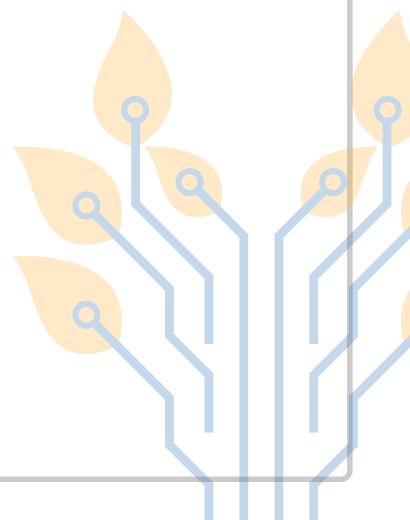
- Ficha avaliativa;
- Computadores e livros para pesquisa.

Avaliação:

- Ficha avaliativa - Folha 4: Quais argumentos você e seu grupo irão utilizar durante o júri?

Estrutura/Atividade:

- Em seus grupos os alunos devem:
 - Organizar suas ideias de defesa, acusação e júri;
 - Esclarecer com o professor ou através de pesquisas as questões bases e objetos de estudo não compreendidos totalmente pelo grupo;
 - Montagem das falas, argumentos, provas e construção dos personagens para o Júri;
 - Ao final do tempo destinado à mobilização dos conceitos os alunos devem completar a ficha avaliativa - folha 4 para a entrega. Essa folha pode ser entregue por meio digital ou físico, a critério do aluno.

Diário da aula:

FICHA AVALIATIVA 4 - QUAIS ARGUMENTOS VOCÊ E SEU GRUPO IRÃO UTILIZAR DURANTE O JÚRI?

EVALUATION FORM 4 - WHAT ARGUMENTS WILL YOU AND YOUR GROUP USE DURING THE JURY?

- Liste aqui os argumentos que você e/ou seu grupo irá apresentar no júri. Pontue leis que vocês usaram, recursos digitais, provas, etc. Se houve consulta em algum site específico muito importante liste aqui também.
- List here the arguments that you and your group will present to the jury. Present laws you researched, digital resources, evidence, etc. If there was research on a specific very important site, list it here too.



JÚRI SIMULADO - ETAPA 4

46

Ano/Turma:**Duração:** 2 períodos**Data:****Tópico:** Júri simulado.**Foco e objetivos da aula:**

- Realização do Júri Simulado;
- Estímulo a criatividade, organização, análise de senso crítico, levantamento de hipóteses, tomada de decisões e argumentação.

Materiais necessários:

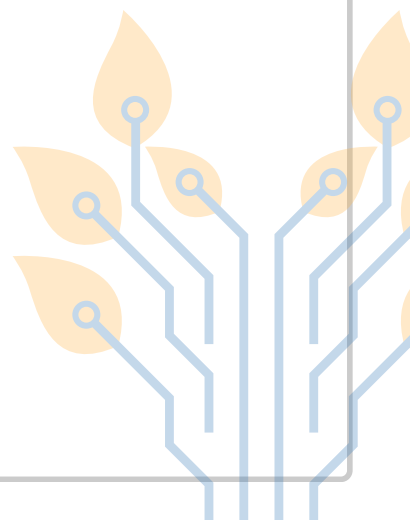
- Espaço para realização do júri simulado com a organização simulada de um tribunal.

Avaliação:

- Observação de participação e discussões em sala de aula;
- Expressão oral e corporal;
- Envolvimento com a atividade.

Estrutura/Atividade:

- Realização do Júri Simulado conforme roteiro;
- Importante ter uma pausa entre os períodos para a reorganização dos grupos.

Diário da aula:

1º Momento:

1. Juiz abre a sessão (05 min).
2. Advogados de acusação apresentam os argumentos de acusação do réu (10 min).
3. Advogados de defesa apresentam os argumentos de defesa do réu (10 min)
4. Juiz solicita à Promotoria que chamem a primeira testemunha para prestar depoimentos.
5. Advogadas de acusação interrogam a testemunha. A testemunha responde às perguntas e conta sua versão do caso.
6. A Promotoria interroga a testemunha. A testemunha responde às perguntas e conta sua versão do caso.
7. Juiz solicita que chamem a próxima testemunha para prestar depoimentos.
8. Repete a sequência de interrogatório das testemunhas até metade delas serem interrogadas (10 min por testemunha).
9. Juiz interrompe a sessão (Momento que os alunos podem reorganizar seus argumentos).

INTERVALO**2º Momento:**

1. Juiz reabre a sessão (05 min).
2. Repete a sequência de interrogatório das testemunhas até todas elas serem interrogadas (10 min por testemunha).
3. Considerações finais da promotoria de defesa (10 min).
4. Considerações finais da promotoria de acusação (10 min).
5. Juiz interrompe a sessão para decisão do júri.
6. Os jurados saem para sala secreta para deliberar a respeito do júri (10 min).
7. Os jurados retornam a sessão com o veredicto.
8. O juiz perguntará ao presidente do júri se já chegaram a um veredicto. Neste momento, o presidente responderá que sim e entregará ao oficial de justiça o papel contendo a palavra culpado ou inocente, conforme a decisão dos jurados.
9. Leitura e justificativa da sentença pelo juiz.
10. Juiz encerra a sessão.

First stage:

1. The judge opens the session (5 min).
2. Prosecution lawyers present their arguments against the defendant (10 min).
3. Defense lawyers present their arguments defending the defendant (10 min).
4. The judge asks the prosecution to call the first witness to testify.
5. Prosecution lawyers question the witness. The witness answers the questions and gives their version of the case.
6. The witness is cross-examined by the prosecution, providing their account of the events.
7. The judge asks for the next witness to testify.
8. The sequence of witness questioning continues until half of them have testified (10 min per witness).
9. The judge pauses the session (This is a moment for students to reorganize their arguments).

BREAK**Second stage:**

1. The judge reopens the session (5 min).
2. The questioning sequence continues until all witnesses have been interrogated (10 min per witness).
3. Final considerations from the defense (10 min).
4. Final considerations from the prosecution (10 min).
5. The judge pauses the session for the jury's decision.
6. The jurors go to a secret room to deliberate on the verdict (10 min).
7. The jurors return to the session with the verdict.
8. The judge asks the jury foreman if they have reached a verdict. The foreman confirms and hands the verdict slip to the court officer, stating "guilty" or "innocent" as decided by the jury.
9. Reading and justification of the sentence by the judge.
10. The judge closes the session.

JÚRI SIMULADO - ETAPA 5

49

Ano/Turma:

Duração: 1 período

Data:

Tópico: Avaliação da atividade

Foco e objetivos da aula:

- Discussão de resultados;
- Avaliação dos pares e autoavaliação.

Materiais necessários:

- Ficha avaliativa;
- Canetas.

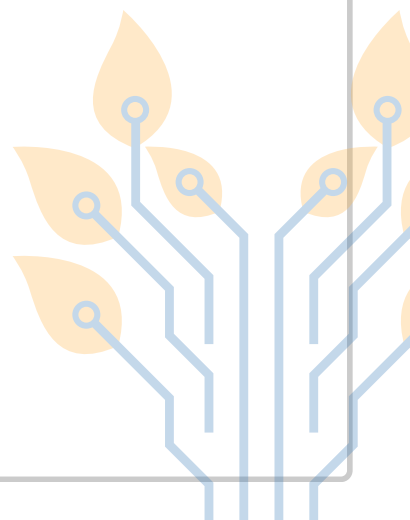
Avaliação:

- Ficha avaliativa - Folha 5 - Avaliação da atividade, autoavaliação e avaliação dos pares.

Estrutura/Atividade:

- Discutir com os alunos a atividade do Júri Simulado dando e recebendo feedbacks;
- Enfatizar os pontos do tema que se relacionam com o conteúdo;
- Autoavaliação e avaliação dos pares por meio do questionário na folha 6 da ficha avaliativa.

Diário da aula:



FICHA AVALIATIVA 5 - AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE, AUTOAVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PARES

Atribua a cada critério na tabela abaixo um dos seguintes pareceres: PS (presente satisfatoriamente) PP (presente parcialmente) ou NP (não presente).

CRITÉRIOS	Alunos																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Argumentos de defesa, ou acusação, ou do veredicto coerentes com o caso?																	
Questões de pesquisa condizente com a investigação?																	
Leis e diretrizes apontadas durante o trabalho coerentes e corretas?																	
Justificativa com argumentos claros e baseada em revisão de literatura.																	
Clareza, coerência e linguagem adequada durante o júri																	
Objetividade e poder de síntese durante o júri																	
Responsabilidade e seriedade com o trabalho																	
Mobilização do conhecimento																	

- Apresente algum comentário ou sugestão que você queira contribuir sobre a atividade, o seu envolvimento, participação e aprendizado na atividade ou sobre o envolvimento e participação de seu colega na atividade.



JÚRI SIMULADO - ETAPA 6

52

Ano/Turma:

Duração: 1 período

Data:

Tópico: Ressignificando os conceitos

Foco e objetivos da aula:

- Ressignificar os conceitos levantados na etapa 0 através do mapa conceitual.

Materiais necessários:

- Ficha avaliativa;
- Canetas.

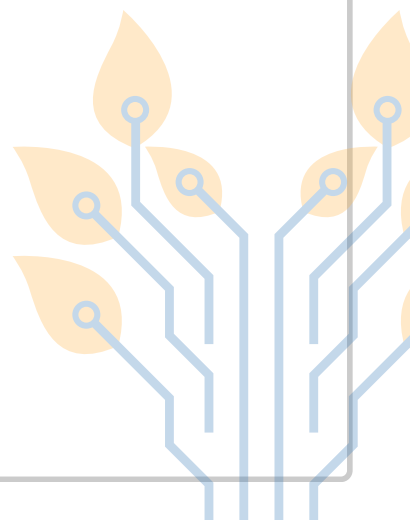
Avaliação:

- Ficha avaliativa - Folha 6: Mapa conceitual re-significado.

Estrutura/Atividade:

- Devolver o 1º mapa conceitual construído pelos alunos;
- Solicitar que os alunos ressignifiquem o mapa com os novos conceitos aprendidos na atividade;
- O novo mapa deve ser entregue.

Diário da aula:



FICHA AVALIATIVA 6 - MAPA CONCEITUAL RE-SIGNIFICADO

EVALUATION FORM 6 - RE-SIGNIFIED CONCEPT MAP

- Observe o seu mapa inicial e re-signifique ele. Coloque novos conceitos, retire os que não estão corretos, complemente o que for preciso. Mostre o que você construiu ao longo dessa atividade.
- Review your initial concept map and re-signify it. Add new concepts, remove incorrect ones, and complement what is necessary. Show what you have built throughout this activity.

CRITÉRIOS AVALIATIVOS

Para a compreensão e interpretação dos dados construídos com o Júri Simulado são sugeridas três direções distintas a serem avaliadas:

1. Análise textual discursiva para as produções textuais;
2. Avaliação dos mapas conceituais a partir dos critérios definidos segundo Ausubel;
3. Síntese da documentação e registros presentes no diário de campo do professor.

A técnica de Análise Textual Discursiva é escolhida pelo fato de permitir um olhar abrangente, oportunizando a criação de categorias não excludentes. Segundo Moraes (2003, p. 192), a análise textual discursiva pode ser compreendida como:

“[...] um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução do corpus, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada.

Já os critérios de avaliação para os mapas conceituais são construídos a fim de evidenciar a importância da relação existente entre os novos conceitos e os conceitos

já existentes no aluno, verificando a organização, a hierarquização e o estabelecimento de relações significativas entre os conceitos. A seguir são apresentados os critérios que serão analisados nos mapas conceituais para esta pesquisa.

Critérios de avaliação	Descrição	Pontuação
Hierarquia dos conceitos	Avalia se os conceitos estão organizados de forma hierárquica, com os conceitos mais gerais no topo e os específicos em níveis inferiores.	0-4
Conexão entre conceitos	Verifica se as relações entre os conceitos são claras e fazem sentido, utilizando corretamente palavras de ligação para descrever as conexões.	0-4
Profundidade e integração do conhecimento	Avalia se o mapa demonstra uma compreensão profunda do conteúdo, integrando conceitos novos e antigos de forma coesa.	0-4
Exemplos e aplicações	Verifica se o estudante incluiu exemplos concretos para ilustrar os conceitos abstratos e se os exemplos são adequados e relevantes.	0-4
Originalidade e criatividade	Avalia a originalidade do mapa, a disposição dos conceitos e a maneira única do aluno de organizar a informação.	0-4
Autonomia e reflexão crítica	Verifica se o aluno demonstrou independência na construção do mapa e se refletiu criticamente sobre o conteúdo.	0-4
Coerência geral	Avalia se o mapa conceitual é coerente como um todo, com conceitos bem conectados e sem falhas lógicas ou desconexões.	0-4

O sistema de pontuação descrito na coluna "Pontuação" é distribuído da seguinte forma:

- 0 pontos: Critério não atendido;
- 1 pontos: Critério atendido de forma insuficiente, com lacunas significativas;
- 2 pontos: Critério atendido de forma moderada, mas com espaço para melhorias;
- 3 pontos: Critério bem atendido, com poucas falhas ou áreas de melhoria;
- 4 pontos: Critério completamente atendido, com excelente desempenho.

Por fim, a técnica de síntese, a ser aplicada no diário de campo do professor, trata-se de um método de organização e interpretação de informações coletadas de várias fontes para formar uma visão mais coesa do conjunto de dados abordados, promovendo uma ótica abrangente, integrada e significativa. Além disso, a síntese não apenas compila as informações, mas promove *insights* dos padrões e tendências que não podem ser evidenciados de maneira isolada.

A sequência didática aqui apresentada foi aplicada em duas turmas do 9º ano, em contexto real de sala de aula. Essa sequência considerou as múltiplas fontes aqui descritas: os mapas conceituais produzidos no início e no final da sequência, as fichas avaliativas individuais e em grupo, observações sistemáticas da prática docente e registros no diário de campo da professora. Os resultados indicaram um avanço expressivo na apropriação dos conceitos de cidadania digital, argumentação crítica e uso do vocabulário técnico em língua inglesa. Além disso, os alunos demonstraram engajamento e protagonismo, validando a eficácia pedagógica da proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste *eBook*, é proporcionar uma ferramenta pedagógica para o ensino de segurança e cidadania digital de maneira interdisciplinar, contextualizada com a realidade e promovendo o protagonismo do aluno. Ao longo deste material buscou-se evidenciar a importância de formar estudantes não apenas aptos tecnicamente para o uso de tecnologias digitais, mas, sobretudo, cidadãos conscientes e críticos, capazes de tomar decisões éticas e responsáveis no ambiente digital.

A metodologia de júri simulado, inserida em uma sequência didática bem estruturada, oferece aos alunos a oportunidade de vivenciarem situações práticas que estimulam a argumentação, o pensamento crítico e a capacidade de reflexão sobre temas contemporâneos, como a proteção de dados e o uso seguro da internet. A prática do júri simulado vai além de um simples exercício de debate, configurando-se como uma ferramenta que ativa o protagonismo do aluno, estimulando sua autonomia e capacidade de tomar decisões fundamentadas.

Este produto educacional também reforça a importância de uma abordagem ativa no ensino, promovendo o engajamento dos alunos através de atividades que conectam diretamente o conteúdo pedagógico com a realidade dos mesmos. Ao utilizarem situações reais como ponto de partida, os estudantes são incentivados a

desenvolver competências argumentativas, além de adquirirem uma compreensão mais profunda sobre as implicações éticas e legais do uso das tecnologias.

No entanto, é importante reconhecer que a implementação do júri simulado como estratégia pedagógica pode apresentar desafios, como o tempo necessário para o desenvolvimento das atividades e a necessidade de um acompanhamento mais próximo dos alunos. Embora esta proposta tenha sido elaborada para o 9º ano do Ensino Fundamental II em contexto bilíngue, ela pode ser facilmente adaptada a diferentes realidades escolares. O tema da cidadania digital é transversal e pode ser explorado em outras etapas da Educação Básica com ajustes na complexidade e linguagem. Como sugestões de adaptação têm-se:

- Para escolas não bilíngues: realizar todas as etapas em português e manter os conceitos principais em inglês apenas como referência lexical.
- Para outras áreas do conhecimento: o Júri Simulado pode ser adaptado a temas de História (ex.: julgamentos históricos), Ciências (ex.: bioética e transgênicos), ou Geografia (ex.: disputas territoriais e ambientais).

Essa flexibilidade permite que o professor personalize a atividade conforme os objetivos de aprendizagem e o perfil da turma. Além disso, as diferentes realidades escolares podem exigir adaptações na metodologia para garantir que todos os estudantes possam participar ativamente. Essas questões, porém, não diminuem o potencial transformador da proposta, que pode ser aplicada em diversas disciplinas e ajustada de acordo com as necessidades do contexto educacional.

Por fim, este *eBook* reafirma a importância de educar para além dos conteúdos formais, promovendo a formação de cidadãos preparados para os desafios do mundo atual. O júri simulado, como elemento central desta proposta, possibilita o desenvolvimento de uma educação crítica, reflexiva e voltada para a cidadania, alinhando-se aos princípios de uma aprendizagem significativa. Que este material sirva de inspiração para professores e educadores que buscam métodos inovadores e eficazes para trabalhar temas atuais e complexos em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 5. ed. Joinville, SC: Univille, 2009. 144 p.

BRASIL. **Processo nº. CEB 15/98**. Brasília, DF: Câmara de Educação Brasileira, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz**: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação* (Bauru), [S.l.], v. 9, n. 2, p. 191–211, 2003.

MOREIRA, M. A. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa**. 1. ed. São Paulo: Centauro, 2010. 80 p.

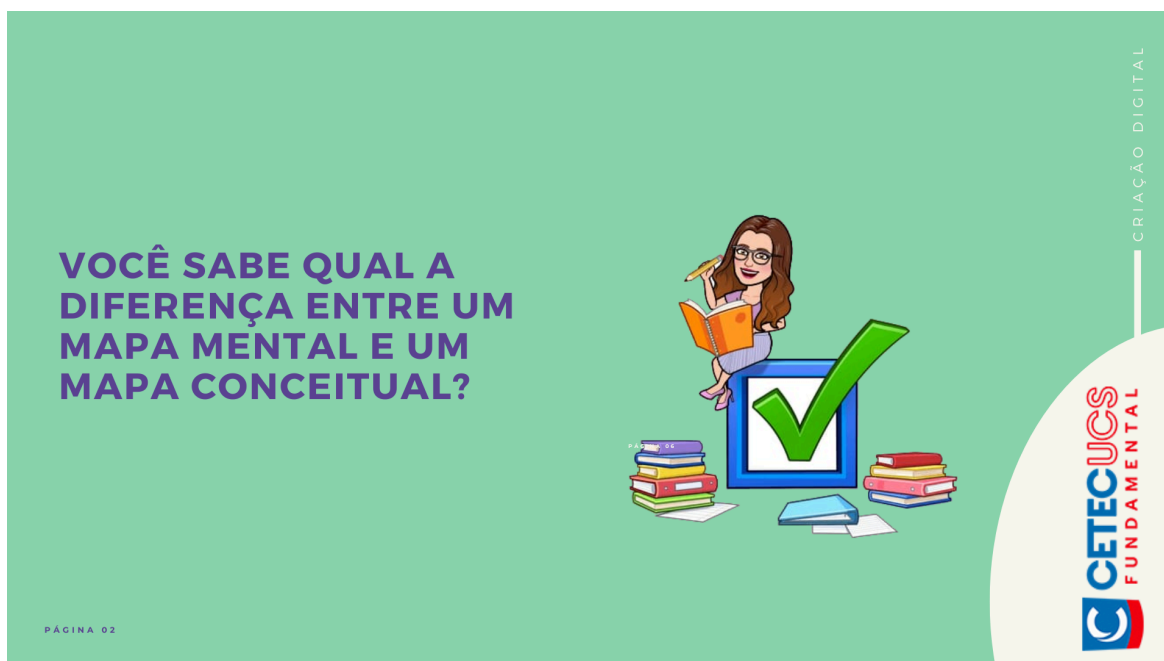
MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006. 104 p.

SAN JOAQUIN COUNTY OFFICE OF EDUCATION. **08 - The Three Little Pigs Mock Trial**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PHGgROozoUc&list=PL34rmtBGDOvW4KKn0-eZroFIRp3zEuAe1&index=8>. Acesso em: 16 set. 2024. Duração: 21 min 24 s.

STUMPF, A.; OLIVEIRA, L. D. de. **Júri simulado**: o uso da argumentação na discussão de questões sociocientíficas envolvendo radioatividade. *Experiências em ensino de ciências*, Mato Grosso, v. 11, n. 2, p. 176 – 189, 2016.

VILLAS-BOAS, V. et al. Educando o engenheiro do século XXI: aprendizagem ativa para formação por competências no contexto das novas DCNs. In: TONINI, A. M.; PEREIRA, T. R. D. S. (Ed.). **Os desafios para formar hoje o engenheiro de amanhã**: aprendizagem ativa, jogos e gamificação, novas dcns e cdio, ensino remoto. Brasília: ABENGE, 2020. p. 9 – 143. (Ebook).

Slides Mapa mental ou mapa conceitual?

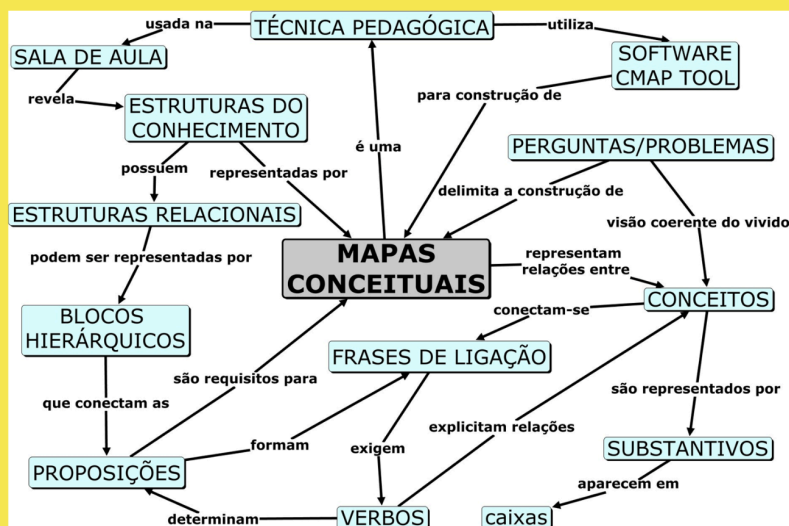


MAPAS CONCEITUAIS:

- São diagramas que indicam a relação entre conceitos ou palavras-conceito;
- Essa relação dos conceitos é representada por linhas que conectam os conceitos ou as palavras-conceito;
- Sobre as linhas escreve-se conectivos que apontam a relação existente entre os conceitos;
- Consegue ser lido por qualquer pessoa.

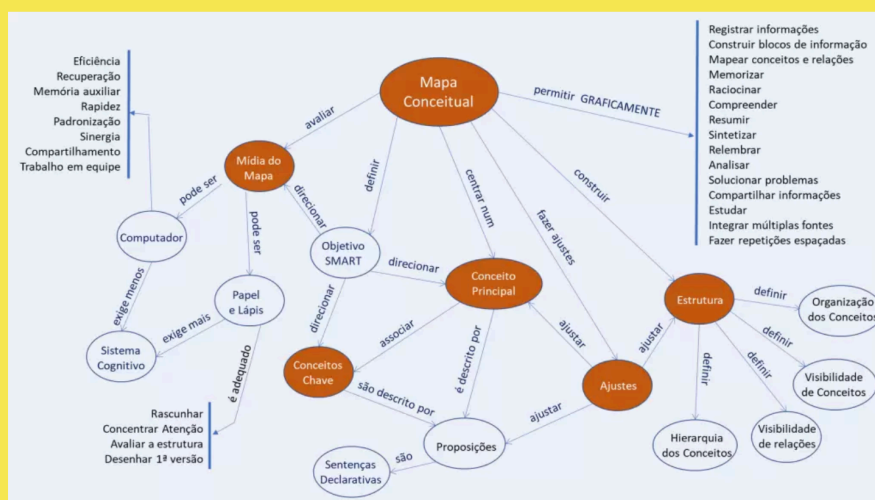
PÁGINA 03

EXEMPLO DE MAPA CONCEITUAL:



PÁGINA 04

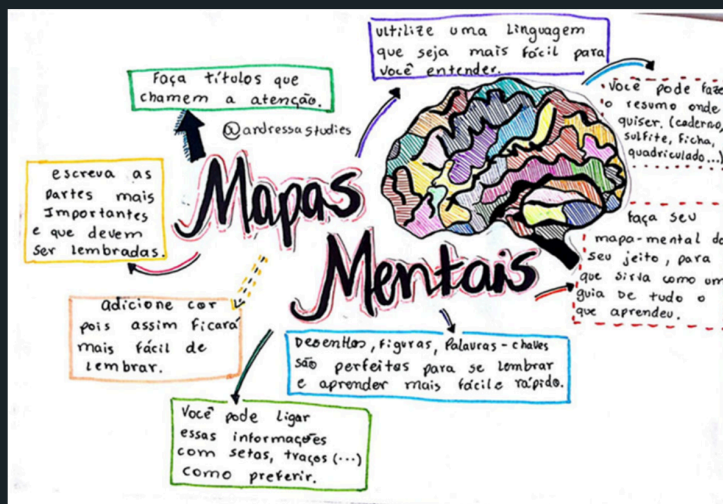
EXEMPLO DE MAPA CONCEITUAL:



PÁGINA 05

MAPAS MENTAIS

EXEMPLO DE MAPA MENTAL:



EXEMPLO DE MAPA MENTAL:



Alguma pergunta?



FIQUE À VONTADE PARA FAZER DESTE UM MOMENTO DE
DEBATE ABERTO À PERGUNTAS E ESCLARECIMENTOS!

PÁGINA 9



criação digital

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MOREIRA, M. A. Mapas conceituais e aprendizagem significativa. 1. ed. São Paulo: Centauro, 2010. 80 p.
- MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa em mapas conceituais. Textos de apoio ao professor de física, Porto Alegre, v. 24, n. 6, 2013. ISSN: 1807-2763.



PÁGINA 16



criação digital

Slides Cidadania Digital



ANTERIORMENTE...



- FIZEMOS UM MAPA CONCEITUAL COM O OBJETIVO DE IDENTIFICAR O QUE É **CIDADANIA DIGITAL** PARA VOCÊS.
- VOCÊS PONTUARAM MUITO BEM SOBRE O QUE É A CIDADANIA DIGITAL PARA CADA UM DE VOCÊS. MAS MUITAS DÚVIDAS SURGIRAM, TAMBÉM, PRINCIPALMENTE SOBRE O QUE É LGPD.
- POR ISSO A AULA DE HOJE É PARA TENTARMOS MINIMIZAR ESSAS DÚVIDAS.



PÁGINA 02

CRIAÇÃO DIGITAL INGLÊS

CETECUCS FUNDAMENTAL



O QUE VAMOS FALAR HOJE:

- PRIVACIDADE ONLINE E PROTEÇÃO DE DADOS;
- DIREITOS E RESPONSABILIDADES ONLINE;
- DIFERENÇA ENTRE ANONIMATO E "ESCONDER-SE ATRÁS DA TELA";
- LGPD: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS;
- LEIS BRASILEIRAS IMPORTANTES.

PÁGINA 03

PRIVACIDADE ONLINE E PROTEÇÃO DE DADOS:

• PRIVACIDADE ONLINE:

- É UMA QUESTÃO CENTRAL NA ERA DIGITAL, ASSEGURA QUE OS INDIVÍDUOS POSSAM USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DA TECNOLOGIA ENQUANTO MANTÊM O CONTROLE SOBRE SUAS INFORMAÇÕES PESSOAIS. ISSO INCLUI DADOS COMO: NOME, ENDEREÇO, INFORMAÇÕES DE CONTATO, HISTÓRICO DE NAVEGAÇÃO, PREFERÊNCIAS PESSOAIS E OUTROS DETALHES QUE PODEM SER ASSOCIADOS A UMA PESSOA ESPECÍFICA. A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS É UM PILAR FUNDAMENTAL PARA GARANTIR A SEGURANÇA, LIBERDADE E CONFIANÇA DOS USUÁRIOS ONLINE.

• IMPORTÂNCIA DA PRIVACIDADE ONLINE:

- AUTONOMIA E CONTROLE;
- PROTEÇÃO CONTRA RISCOS;
- INTIMIDADE E LIBERDADE.



PÁGINA 04

PRIVACIDADE ONLINE E PROTEÇÃO DE DADOS:

• MOTIVOS PELO QUAL A PRIVACIDADE É FUNDAMENTAL:



- **SEGURANÇA DO INDIVÍDUO:** DADOS PESSOAIS, QUANDO NAS MÃOS ERRADAS, PODEM SER UTILIZADOS PARA ATIVIDADES MALICIOSAS, INCLUINDO FRAUDES FINANCEIRAS E CRIMES DE IDENTIDADE.
- **PREVENÇÃO DE ABUSOS:** EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES PODEM UTILIZAR DADOS PESSOAIS PARA SEGMENTAÇÃO DE MERCADO E PERSONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS. NO ENTANTO, SEM PROTEÇÃO ADEQUADA, ESSAS INFORMAÇÕES PODEM SER ABUSADAS, RESULTANDO EM PRÁTICAS INVASIVAS OU DISCRIMINATÓRIAS.
- **CONFORMIDADE LEGAL:** DIRETRIZES PARA O TRATAMENTO ÉTICO E LEGAL DE INFORMAÇÕES PESSOAIS. A CONFORMIDADE COM ESSAS LEIS É CRUCIAL PARA EVITAR PENALIDADES LEGAIS.

PÁGINA 05

DIREITOS E RESPONSABILIDADES ONLINE:

DIREITOS:

- **O DIREITO À PRIVACIDADE:** OS INDIVÍDUOS TÊM O DIREITO DE DECIDIR QUAIS INFORMAÇÕES PESSOAIS DESEJAM COMPARTILHAR ONLINE. ELES PODEM DEFINIR CONFIGURAÇÕES DE PRIVACIDADE EM REDES SOCIAIS PARA CONTROLAR QUEM PODE ACESSAR SUAS POSTAGENS E INFORMAÇÕES PESSOAIS.
- **O LIBERDADE DE EXPRESSÃO:** OS USUÁRIOS TÊM O DIREITO DE EXPRESSAR SUAS OPINIÕES E IDEIAS DE FORMA RESPEITOSA. ELES PODEM PARTICIPAR DE DISCUSSÕES ONLINE, COMPARTILHAR SUAS PERSPECTIVAS E CONTRIBUIR PARA UM AMBIENTE VIRTUAL MAIS DIVERSIFICADO.
- **O ACESSO À INFORMAÇÃO:** OS ALUNOS TÊM O DIREITO DE BUSCAR INFORMAÇÕES ONLINE PARA APRENDIZADO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL. ELES PODEM UTILIZAR A INTERNET COMO UMA FERRAMENTA EDUCACIONAL, DESDE QUE RESPEITEM AS NORMAS DE USO RESPONSÁVEL.

PÁGINA 06

DIREITOS E RESPONSABILIDADES ONLINE:

DEVERES:

- **RESPEITO ÀS NORMAS E REGRAS ONLINE:** OS USUÁRIOS TÊM O DEVER DE SEGUIR AS REGRAS ESTABELECIDAS PELAS PLATAFORMAS ONLINE QUE UTILIZAM. SE UMA REDE SOCIAL PROÍBE O BULLYING, É RESPONSABILIDADE DOS USUÁRIOS RESPEITAR ESSA NORMA.
- **PROTEÇÃO DA PRÓPRIA IDENTIDADE DIGITAL:** CADA USUÁRIO TEM A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER SUA IDENTIDADE DIGITAL. ISSO INCLUI NÃO COMPARTILHAR INFORMAÇÕES PESSOAIS SENSÍVEIS, COMO ENDEREÇO E NÚMEROS DE TELEFONE, EM LOCAIS PÚBLICOS OU COM ESTRANHOS ONLINE.
- **COMBATE AO CYBERBULLYING:** TODO USUÁRIO TÊM O DEVER DE AGIR CONTRA O CYBERBULLYING. CASO VOCÊS TESTEMUNHEM OU FOREM VÍTIMAS DESSE COMPORTAMENTO, RELATEM O INCIDENTE ÀS AUTORIDADES ESCOLARES OU PLATAFORMA ONLINE. APOIEM MEDIDAS PREVENTIVAS.

PÁGINA 07

DIFERENÇA ENTRE ANONIMATO E "ESTAR ESCONDIDO ATRÁS DE UMA TELA":

ANONIMATO REFERE-SE À CONDIÇÃO DE PERMANECER DESCONHECIDO OU SEM IDENTIFICAÇÃO EM DETERMINADO CONTEXTO. NA INTERNET, O ANONIMATO É FREQUENTEMENTE ASSOCIADO À CAPACIDADE DE PARTICIPAR DE ATIVIDADES ONLINE SEM REVELAR A IDENTIDADE REAL. NO ENTANTO, É IMPORTANTE DISTINGUIR ANONIMATO DE "ESTAR ESCONDIDO ATRÁS DE UMA TELA".

PODEMOS NOS ESCONDER ATRAVÉS DE: PSEUDÔNIMOS; CONTAS E PERFIS FAKES;

ENTRETANTO ISSO NÃO NOS TORNA REALMENTE ANÔNIMOS NA INTERNET. APESAR DOS MÉTODOS DE ANONIMATO, MUITAS ATIVIDADES ONLINE DEIXAM RASTROS DIGITAIS. AUTORIDADES LEGAIS E PROVEDORES DE SERVIÇOS PODEM RASTREAR E IDENTIFICAR USUÁRIOS, ESPECIALMENTE EM CASOS DE ATIVIDADES ILEGAIS.

PÁGINA 08



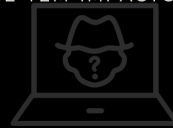
DIFERENÇA ENTRE ANONIMATO E "ESTAR ESCONDIDO ATRÁS DE UMA TELA":

ACREDITAR QUE SE ESTÁ COMPLETAMENTE ESCONDIDO NA INTERNET PODE LEVAR A COMPORTAMENTOS IRRESPONSÁVEIS. VULNERABILIDADES NA SEGURANÇA DIGITAL PODEM EXPOR A IDENTIDADE DE USUÁRIOS QUE PENSAVAM ESTAR TOTALMENTE ANÔNIMOS.

A MAIORIA DAS PLATAFORMAS ONLINE ESTABELECE TERMOS DE SERVIÇO QUE PROÍBEM O USO DE CONTAS FALSAS OU ATIVIDADES PREJUDICIAIS. OS USUÁRIOS QUE VIOLAM ESSAS NORMAS PODEM TER SUAS CONTAS SUSPENSAS OU ENCERRADAS.

O ANONIMATO NÃO DEVE SER USADO COMO DESCULPA PARA COMPORTAMENTOS PREJUDICIAIS OU ILEGAIS. É FUNDAMENTAL QUE OS USUÁRIOS AJAM DE MANEIRA ÉTICA E RESPONSÁVEL, RECONHECENDO QUE SUAS AÇÕES ONLINE TÊM IMPACTOS REAIS.

PÁGINA 09



LGPD: LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

O QUE É? E PARA QUE SERVE?

- É UMA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUE VISA PROTEGER OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE LIBERDADE E PRIVACIDADE DAS PESSOAS. ELA ESTABELECE REGRAS SOBRE A COLETA, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO, E COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE ATUAM NO BRASIL.
- A LGPD TAMBÉM ESTABELECE PRINCÍPIOS QUE PODEM SER RELEVANTES PARA CASOS DE INVASÃO DE CONTAS EM REDES SOCIAIS E CYBERBULLYING.
- TEM COMO OBJETIVO PRINCIPAL GARANTIR QUE AS INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS CIDADÃOS SEJAM TRATADAS DE MANEIRA ÉTICA, TRANSPARENTE E SEGURA. ELA OFERECE AOS INDIVÍDUOS MAIOR CONTROLE SOBRE SEUS PRÓPRIOS DADOS E ESTABELECE PADRÕES PARA AS ORGANIZAÇÕES LIDAREM COM INFORMAÇÕES PESSOAIS, PROMOVENDO UMA INTERNET MAIS SEGURA E RESPEITOSA.

PÁGINA 10

LGPD: LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

PRINCIPAIS PONTOS:

- **CONSENTIMENTO INFORMADO:** AS ORGANIZAÇÕES DEVEM OBTER O CONSENTIMENTO CLARO E ESPECÍFICO DOS TITULARES DOS DADOS ANTES DE COLETAR E PROCESSAR SUAS INFORMAÇÕES.
- **DIREITOS DOS TITULARES:** CONCEDE AOS TITULARES DOS DADOS UMA SÉRIE DE DIREITOS, INCLUINDO O ACESSO AOS DADOS, A CORREÇÃO DE INFORMAÇÕES INCORRETAS E A EXCLUSÃO DE DADOS DESNECESSÁRIOS.
- **FINALIDADE ESPECÍFICA:** AS ORGANIZAÇÕES SÓ PODEM COLETAR DADOS PARA FINALIDADES ESPECÍFICAS E LEGÍTIMAS, INFORMANDO CLARAMENTE AOS TITULARES O MOTIVO DA COLETA.

PÁGINA 11

LCPD: LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

PRINCIPAIS PONTOS:

- **RESPONSABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES:** AS ORGANIZAÇÕES SÃO RESPONSÁVEIS POR ADOTAR MEDIDAS DE SEGURANÇA PARA PROTEGER OS DADOS PESSOAIS E NOTIFICAR AS AUTORIDADES EM CASO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA.
- **TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS:** ESTABELECE REGRAS PARA A TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA OUTROS PAÍSES, ASSEGURANDO QUE OS MESMOS PADRÕES DE PROTEÇÃO SEJAM MANTIDOS.
- **AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD):** FOI CRIADA A ANPD, UMA ENTIDADE RESPONSÁVEL POR FISCALIZAR E APLICAR A LCPD, GARANTINDO O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO.

PÁGINA 12



criação digital
inglês

LEIS BRASILEIRAS IMPORTANTES:

- **MARCO CIVIL DA INTERNET (LEI Nº 12.965/2014):** MARCO CIVIL DA INTERNET ESTABELECE PRINCÍPIOS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO DA INTERNET NO BRASIL. EMBORA NÃO TRATE ESPECIFICAMENTE DE CYBERBULLYING, ELE ESTABELECE REGRAS RELACIONADAS À PRIVACIDADE E SEGURANÇA ONLINE.
- **ARTIGO 21:** ESTE ARTIGO TRATA DA INVIOABILIDADE DA INTIMIDADE E DA VIDA PRIVADA, ASSEGURANDO QUE A VIOLAÇÃO DESSE DIREITO PODE RESULTAR EM RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E CRIMINAL.
- **ARTIGO 22:** REFERE-SE À PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE DO USUÁRIO E AO SIGILO DE SUAS COMUNICAÇÕES PRIVADAS PELA INTERNET.

PÁGINA 13



criação digital
inglês

LEIS BRASILEIRAS IMPORTANTES:

- **O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (DECRETO-LEI Nº 2.848/1940):** O CÓDIGO PENAL ABORDA QUESTÕES MAIS ESPECÍFICAS RELACIONADAS A CRIMES VIRTUAIS, INCLUINDO CASOS DE INVASÃO DE DISPOSITIVOS E CRIMES CONTRA A HONRA, QUE PODEM INCLUIR SITUAÇÕES DE CYBERBULLYING.
- **ARTIGO 154-A:** TRATA DO CRIME DE INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO, QUE PODE INCLUIR A INVASÃO DE CONTAS EM REDES SOCIAIS.
- **ARTIGOS 138 A 140:** REFEREM-SE AOS CRIMES CONTRA A HONRA, QUE ENLOBAM CALÚNIA, DIFAMAÇÃO E INJÚRIA, PODENDO SER APLICADOS EM CASOS DE CYBERBULLYING.

PÁGINA 14



criação digital
inglês

Alguma pergunta?



PÁGINA 15

CETECUCS
FUNDAMENTAL

criação digital
inglês

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. N. de; EINSTEIN, E.; ESTEFENON, S. G. B. Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2013. 327 p. E-book. ISBN 9788582710005
- ABRIL, Editora. Agora é crime: cyberbullying alarma o Brasil, 2º país no mundo em casos. Veja, São Paulo, 11 maio 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/agora-e-crime-cyberbullying-alarma-o-brasil-2o-pais-no-mundo-em-casos>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 15 ago. 2018.
- BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 24 abr. 2014.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 1, 31 dez. 1940.
- DONEDA, Danilo. A proteção de dados pessoais como direito fundamental: o impacto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil. Revista de Direito Público, v. 2, n. 4, p. 45-67, 2019.
- ESCOBAR, L. A lei geral de proteção de dados pessoais no contexto das escolas particulares. In: FRANÇA, G. F. F. d.; MARTINS, P. B. L. o. (Ed.). Entrelinhas: explorando a privacidade e proteção de dados em comunidade. São Paulo: Data Privacy Brasil, 2024. p. 38 - 52. Disponível em: <https://www.dataprivacybr.org/wp-content/uploads/2024/01/entrelinhas-vf.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

PÁGINA 16

CETECUCS
FUNDAMENTAL

criação digital
inglês

Slides Digital Citizenship



PREVIOUSLY...



- WE CREATED A CONCEPTUAL MAP WITH THE AIM OF IDENTIFYING WHAT **DIGITAL CITIZENSHIP** MEANS TO YOU.
- YOU POINTED OUT VERY WELL ABOUT DATA PROTECTION, SECURE PASSWORDS, AND NOT DISCLOSING PERSONAL INFORMATION. BUT MANY DOUBTS ALSO AROSE, MAINLY ABOUT WHAT LGPD IS.
- THEREFORE, THE OBJECT OF TODAY'S CLASS IS TRY TO MINIMIZE THESE DOUBTS.

PAGE 02

PÁGINA 02

CETECUCS FUNDAMENTAL

CRIAÇÃO DIGITAL INGLÊS

WHAT ARE WE GOING TO TALK ABOUT TODAY?



- ONLINE PRIVACY AND DATA PROTECTION;
- ONLINE RIGHTS AND RESPONSIBILITIES;
- THE DIFFERENCE BETWEEN ANONYMITY AND "HIDING BEHIND THE SCREEN";
- LGPD: GENERAL DATA PROTECTION LAW;
- IMPORTANT BRAZILIAN LAWS.

PAGE 03

ONLINE PRIVACY AND DATA PROTECTION:

• ONLINE PRIVACY:

- ONLINE PRIVACY IS A CENTRAL ISSUE IN THE DIGITAL AGE, ENSURING THAT INDIVIDUALS CAN ENJOY THE BENEFITS OF TECHNOLOGY WHILE MAINTAINING CONTROL OVER THEIR PERSONAL INFORMATION. THIS INCLUDES DATA SUCH AS NAME, ADDRESS, CONTACT INFORMATION, BROWSING HISTORY, PERSONAL PREFERENCES, AND OTHER DETAILS THAT CAN BE ASSOCIATED WITH A SPECIFIC PERSON. THE PROTECTION OF PERSONAL DATA IS A FUNDAMENTAL PILLAR TO ENSURE THE SECURITY, FREEDOM, AND TRUST OF ONLINE USERS.

• IMPORTANCE OF ONLINE PRIVACY:

- AUTONOMY AND CONTROL;
- PROTECTION AGAINST RISKS;
- INTIMACY AND FREEDOM.



PAGE 04

ONLINE PRIVACY AND DATA PROTECTION:

• REASONS WHY PRIVACY IS FUNDAMENTAL:



- **INDIVIDUAL SECURITY:** PERSONAL DATA, WHEN IN THE WRONG HANDS, CAN BE USED FOR MALICIOUS ACTIVITIES, INCLUDING FINANCIAL FRAUD AND IDENTITY CRIMES.



- **PREVENTION OF ABUSES:** COMPANIES AND ORGANIZATIONS CAN USE PERSONAL DATA FOR MARKET SEGMENTATION AND SERVICE CUSTOMIZATION. HOWEVER, WITHOUT ADEQUATE PROTECTION, THIS INFORMATION CAN BE ABUSED, RESULTING IN INVASIVE OR DISCRIMINATORY PRACTICES.

- **LEGAL COMPLIANCE:** GUIDELINES FOR THE ETHICAL AND LEGAL HANDLING OF PERSONAL INFORMATION. COMPLIANCE WITH THESE LAWS IS CRUCIAL TO AVOID LEGAL PENALTIES.

PAGE 05

ONLINE RIGHTS AND RESPONSIBILITIES:

RIGHTS:

- **RIGHT TO PRIVACY:** INDIVIDUALS HAVE THE RIGHT TO DECIDE WHICH PERSONAL INFORMATION THEY WANT TO SHARE ONLINE. THEY CAN SET PRIVACY SETTINGS ON SOCIAL NETWORKS TO CONTROL WHO CAN ACCESS THEIR POSTS AND PERSONAL INFORMATION.
- **FREEDOM OF EXPRESSION:** USERS HAVE THE RIGHT TO EXPRESS THEIR OPINIONS AND IDEAS RESPECTFULLY. THEY CAN PARTICIPATE IN ONLINE DISCUSSIONS, SHARE THEIR PERSPECTIVES, AND CONTRIBUTE TO A MORE DIVERSE VIRTUAL ENVIRONMENT.
- **ACCESS TO INFORMATION:** STUDENTS HAVE THE RIGHT TO SEEK INFORMATION ONLINE FOR LEARNING AND PERSONAL DEVELOPMENT. THEY CAN USE THE INTERNET AS AN EDUCATIONAL TOOL, AS LONG AS THEY RESPECT THE NORMS OF RESPONSIBLE USE.

PAGE 06

criação digital
inglês

CETECUCS
FUNDAMENTAL

ONLINE RIGHTS AND RESPONSIBILITIES:

RESPONSIBILITIES:

- **RESPECT FOR ONLINE NORMS AND RULES:** USERS HAVE THE DUTY TO FOLLOW THE RULES SET BY THE ONLINE PLATFORMS THEY USE. IF A SOCIAL NETWORK PROHIBITS BULLYING, IT IS THE USERS' RESPONSIBILITY TO RESPECT THIS NORM.
- **PROTECTION OF ONE'S DIGITAL IDENTITY:** EACH USER HAS THE RESPONSIBILITY TO PROTECT THEIR DIGITAL IDENTITY. THIS INCLUDES NOT SHARING SENSITIVE PERSONAL INFORMATION, SUCH AS ADDRESSES AND PHONE NUMBERS, IN PUBLIC PLACES OR WITH STRANGERS ONLINE.
- **COMBATTING CYBERBULLYING:** EVERY USER HAS THE DUTY TO ACT AGAINST CYBERBULLYING. IF YOU WITNESS OR ARE A VICTIM OF THIS BEHAVIOR, REPORT THE INCIDENT TO SCHOOL AUTHORITIES OR ONLINE PLATFORMS. SUPPORT PREVENTIVE MEASURES.

PAGE 07

criação digital
inglês

CETECUCS
FUNDAMENTAL

DIFFERENCE BETWEEN ANONYMITY AND "HIDING BEHIND A SCREEN":

ANONYMITY: REFERS TO THE CONDITION OF REMAINING UNKNOWN OR UNIDENTIFIABLE IN A CERTAIN CONTEXT. ON THE INTERNET, ANONYMITY IS FREQUENTLY ASSOCIATED WITH THE ABILITY TO PARTICIPATE IN ONLINE ACTIVITIES WITHOUT REVEALING ONE'S REAL IDENTITY. HOWEVER, IT IS IMPORTANT TO DISTINGUISH ANONYMITY FROM "HIDING BEHIND A SCREEN".

WE CAN HIDE THROUGH: PSEUDONYMS; FAKE ACCOUNTS AND PROFILES;

HOWEVER, THIS DOES NOT TRULY MAKE US ANONYMOUS ON THE INTERNET. DESPITE THE METHODS OF ANONYMITY, MANY ONLINE ACTIVITIES LEAVE DIGITAL TRACES. AUTHORITIES AND SERVICE PROVIDERS CAN TRACK AND IDENTIFY USERS, ESPECIALLY IN CASES OF ILLEGAL ACTIVITIES.

PAGE 08

criação digital
inglês

CETECUCS
FUNDAMENTAL

DIFFERENCE BETWEEN ANONYMITY AND "HIDING BEHIND A SCREEN":

BELIEVING THAT ONE IS COMPLETELY HIDDEN ON THE INTERNET CAN LEAD TO IRRESPONSIBLE BEHAVIORS. VULNERABILITIES IN DIGITAL SECURITY CAN EXPOSE THE IDENTITY OF USERS WHO THOUGHT THEY WERE COMPLETELY ANONYMOUS.

MOST ONLINE PLATFORMS ESTABLISH TERMS OF SERVICE THAT PROHIBIT THE USE OF FAKE ACCOUNTS OR HARMFUL ACTIVITIES. USERS WHO VIOLATE THESE NORMS CAN HAVE THEIR ACCOUNTS SUSPENDED OR TERMINATED.

ANONYMITY SHOULD NOT BE USED AS AN EXCUSE FOR HARMFUL OR ILLEGAL BEHAVIORS. IT IS ESSENTIAL THAT USERS ACT IN AN ETHICAL AND RESPONSIBLE MANNER, RECOGNIZING THAT THEIR ONLINE ACTIONS HAVE REAL IMPACTS.

PAGE 09

LGPD: GENERAL DATA PROTECTION LAW

WHAT IS IT? AND WHAT IS IT FOR?

- IT IS BRAZILIAN LEGISLATION THAT AIMS TO PROTECT THE FUNDAMENTAL RIGHTS OF FREEDOM AND PRIVACY OF INDIVIDUALS. IT ESTABLISHES RULES ON THE COLLECTION, STORAGE, PROCESSING, AND SHARING OF PERSONAL DATA BY PUBLIC AND PRIVATE ORGANIZATIONS OPERATING IN BRAZIL.
- THE LGPD ALSO ESTABLISHES PRINCIPLES THAT MAY BE RELEVANT FOR CASES OF ACCOUNT INVASION ON SOCIAL NETWORKS AND CYBERBULLYING.
- ITS MAIN OBJECTIVE IS TO ENSURE THAT CITIZENS' PERSONAL INFORMATION IS TREATED ETHICALLY, TRANSPARENTLY, AND SECURELY, OFFERING INDIVIDUALS GREATER CONTROL OVER THEIR DATA AND ESTABLISHING STANDARDS FOR ORGANIZATIONS TO HANDLE PERSONAL INFORMATION, PROMOTING A SAFER AND MORE RESPECTFUL INTERNET.

PAGE 10

LGPD: GENERAL DATA PROTECTION LAW

MAIN POINTS:

- **INFORMED CONSENT:** ORGANIZATIONS MUST OBTAIN CLEAR AND SPECIFIC CONSENT FROM DATA SUBJECTS BEFORE COLLECTING AND PROCESSING THEIR INFORMATION.
- **DATA SUBJECTS' RIGHTS:** GRANTS DATA SUBJECTS A SERIES OF RIGHTS, INCLUDING ACCESS TO DATA, CORRECTION OF INCORRECT INFORMATION, AND DELETION OF UNNECESSARY DATA.
- **SPECIFIC PURPOSE:** ORGANIZATIONS CAN ONLY COLLECT DATA FOR SPECIFIC AND LEGITIMATE PURPOSES, CLEARLY INFORMING DATA SUBJECTS ABOUT THE REASON FOR COLLECTION.

PAGE 11

LGPD: GENERAL DATA PROTECTION LAW

MAIN POINTS:

- **ORGANIZATIONS' RESPONSIBILITY:** ORGANIZATIONS ARE RESPONSIBLE FOR ADOPTING SECURITY MEASURES TO PROTECT PERSONAL DATA AND NOTIFYING AUTHORITIES IN CASE OF SECURITY INCIDENTS.
- **INTERNATIONAL DATA TRANSFER:** ESTABLISHES RULES FOR THE TRANSFER OF PERSONAL DATA TO OTHER COUNTRIES, ENSURING THAT THE SAME PROTECTION STANDARDS ARE MAINTAINED.
- **NATIONAL DATA PROTECTION AUTHORITY (ANPD):** THE ANPD WAS CREATED, AN ENTITY RESPONSIBLE FOR SUPERVISING AND ENFORCING THE LGPD, ENSURING COMPLIANCE WITH THE LEGISLATION.

PAGE 12

IMPORTANT BRAZILIAN LAWS:

- **MARCO CIVIL DA INTERNET (LAW NO. 12,965/2014):** MARCO CIVIL DA INTERNET ESTABLISHES PRINCIPLES, RIGHTS, AND DUTIES FOR THE USE OF THE INTERNET IN BRAZIL. ALTHOUGH IT DOES NOT SPECIFICALLY ADDRESS CYBERBULLYING, IT SETS RULES RELATED TO PRIVACY AND ONLINE SECURITY.
- **ARTICLE 21:** THIS ARTICLE ADDRESSES THE INVIOABILITY OF INTIMACY AND PRIVATE LIFE, ENSURING THAT THE VIOLATION OF THIS RIGHT CAN RESULT IN CIVIL AND CRIMINAL LIABILITY.
- **ARTICLE 22:** REFERS TO THE PROTECTION OF USER PRIVACY AND THE CONFIDENTIALITY OF THEIR PRIVATE COMMUNICATIONS ON THE INTERNET.

PAGE 13

IMPORTANT BRAZILIAN LAWS:

- **BRAZILIAN PENAL CODE (DECREE-LAW NO. 2,848/1940):** THE PENAL CODE ADDRESSES MORE SPECIFIC ISSUES RELATED TO VIRTUAL CRIMES, INCLUDING CASES OF DEVICE INVASION AND CRIMES AGAINST HONOR, WHICH CAN INCLUDE SITUATIONS OF CYBERBULLYING.
- **ARTICLE 154-A:** ADDRESSES THE CRIME OF DEVICE INVASION, WHICH CAN INCLUDE THE INVASION OF SOCIAL NETWORK ACCOUNTS.
- **ARTICLES 138 TO 140:** REFER TO CRIMES AGAINST HONOR, ENCOMPASSING SLANDER, DEFAMATION, AND INSULT, WHICH CAN BE APPLIED IN CASES OF CYBERBULLYING.

PAGE 14

ANY QUESTIONS?



PAGE 15

CETECUCS
FUNDAMENTAL

criação digital
ingles

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. N. de; EINSTEIN, E.; ESTEFENON, S. G. B. Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2013. 327 p. E-book. ISBN 9788582710005
- ABRIL, Editora. Agora é crime: cyberbullying alarma o Brasil, 2º país no mundo em casos. Veja, São Paulo, 11 maio 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/agora-e-crime-cyberbullying-alarma-o-brasil-2o-pais-no-mundo-em-casos>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 15 ago. 2018.
- BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 24 abr. 2014.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 1, 31 dez. 1940.
- DONEDA, Danilo. A proteção de dados pessoais como direito fundamental: o impacto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil. Revista de Direito Público, v. 2, n. 4, p. 45-67, 2019.
- ESCOBAR, L. A lei geral de proteção de dados pessoais no contexto das escolas particulares. In: FRANÇA, G. F. F. d.; MARTINS, P. B. L. o. (Ed.). Entrelinhas: explorando a privacidade e proteção de dados em comunidade. São Paulo: Data Privacy Brasil, 2024. p. 38 - 52. Disponível em: <https://www.dataprivacybr.org/wp-content/uploads/2024/01/entrelinhas-vf.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

PAGE 16

CETECUCS
FUNDAMENTAL

criação digital
ingles

Entre em contato



dfracasso@ucs.br



[@profdanifracasso](https://www.instagram.com/profdanifracasso)



cgwebber@ucs.br



Daniela Fracasso



Carine G. Webber

